



Proibido virar à DIREITA



METALÚRGICOS da CUT - 2010

Defender as conquistas e avançar!

**Desenvolvimento, Distribuição de Renda
e Justiça Social.**

ÍNDICE

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. CONJUNTURA E DESAFIOS DOS METALÚRGICOS E METALÚRGICAS**
- 3. BALANÇO DA GESTÃO**
- 4. ESTRATÉGIAS E PLANO DE LUTAS**
 - 4.1. Eixo 1: Contrato Coletivo Nacional de Trabalho**
 - 4.2. Eixo 2: Políticas Gerais e Permanentes**
 - 4.3. Eixo 3: Organização Sindical**
- 5. ÁREAS DE ATUAÇÃO**
 - 5.1. Comunicação**
 - 5.2. Gestão política, financeira, administrativa e financeira**
 - 5.3. Formação**
 - 5.4. Gênero**
 - 5.5. Relações Institucionais**
 - 5.6. Saúde do Trabalhador**
 - 5.7. Diversidade**
- 6. CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE**
- 7. ANEXOS**
 - 7.1. Anexo 1**

APRESENTAÇÃO

O ano que se aproxima traz às trabalhadoras e aos trabalhadores um cenário de disputas entre projetos antagônicos e irreconciliáveis: de um lado o retorno ao modelo neo liberal representado pela volta do estado mínimo, com pouca ou nenhuma regularização, privatizações, economia voltada para o mercado, etc, e, - de outro, a possibilidade concreta de avançarmos mais nas mudanças que o Brasil vem sofrendo e que ainda precisam acontecer para um país mais justo, igualitário e fraterno.

Torna-se de fundamental importância a continuidade na defesa do desenvolvimento com empregos, a geração de renda e a defesa dos direitos da classe trabalhadora com a participação da sociedade no controle das diversas esferas econômicas e sociais. A inclusão social, a participação popular e a valorização do trabalho são pilares deste Projeto que queremos reafirmar em 2010.

O Brasil já demonstrou resultados claros desta política sendo um dos últimos a sofrer os impactos da crise e um dos primeiros a se restabelecer, pois encontrou o país em um contexto mais favorável para enfrentá-la.

Para os metalúrgicos da CUT coloca-se novamente a urgência de assumirmos o papel de protagonistas, de atores históricos nas lutas e na atuação sindical, para interferir de forma concreta nas decisões e rumos da política de desenvolvimento econômico, industrial, social e ambiental do país, por meio da defesa de todas as políticas que interfiram diretamente na diminuição e na extinção das desigualdades nas condições de vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

.Este documento foi elaborado pela Direção da Executiva Nacional da CNM/CUT, em reunião realizada no dia 15 de setembro de 2009, como **TEXTO BASE** para as discussões da Plenária Estatutária que será realizada nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2009.

Tem como objetivo apresentar as diretrizes para o período que antecederá o 8 ° Congresso dos Metalúrgicos da CUT e para municiar os metalúrgicos para a intervenção no cenário nacional no próximo período.

O texto teve como embasamento os **Eixos de Atuação** – Políticas Gerais e Permanentes, Organização Sindical e Contrato Coletivo Nacional de Trabalho e as **Áreas** – Relações Internacionais, Formação, Comunicação, Gestão Administrativa Financeira, Saúde do Trabalhador e Políticas para a Diversidade.

O tema da Plenária Estatutária da CNM/CUT é: **METALÚRGICOS da CUT - 2010**

Defender as conquistas e avançar!

Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Justiça Social.

Boa plenária e boa luta a todos e todas!

CONJUNTURA E DESAFIOS DOS METALÚRGICOS E DAS METALÚRGICAS

E não se fala em outra coisa...

A conjuntura atual apresenta dois pontos fundamentais dos quais o movimento sindical, ator histórico de destaque nas lutas brasileiras, deve ser protagonista: os desdobramentos da crise econômica mundial e as eleições 2010.

A economia capitalista passa, no presente momento, pela mais grave crise desde 1929. É uma crise estrutural do sistema que explora os trabalhadores, que concentra renda e condena milhões à fome e à miséria. Este sistema, desde as últimas décadas do século XX, tem se guiado por políticas de liberalização financeira e comercial. O resultado dessa liberdade sem controles resultou em um processo de financeirização sem limites, cuja expressão é a existência de um fosso entre a riqueza produzida na forma de papéis (títulos públicos, ações e derivativos) e a riqueza real alcançada pela produção e pelo trabalho. (10º. Concut, 2009)

Os responsáveis por essa crise internacional são aqueles que implementaram em vários países do mundo, inclusive no Brasil, com FHC/PSDB/DEM, as políticas neoliberais do Consenso de Washington. Esse modelo de Estado mínimo com pouca ou nenhuma regulamentação, privatizações, privilégios ao capital especulativo e financeiro, ataques aos direitos trabalhistas e desregulamentação das relações de trabalho, da lógica de que o mercado resolveria tudo, desmoronou. Está em disputa um novo modelo de desenvolvimento para o mundo e para o Brasil. (10º. Concut, 2009)

O modelo global de produção e consumo de alimentos coloca em questão a segurança alimentar e nutricional dos povos e compromete as iniciativas de inclusão social de parcelas significativas das populações carentes – em 2008, mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo passou fome, segundo a Organização Oxfam. O modo de produção capitalista está levando ao esgotamento da capacidade do planeta de fornecer recursos naturais à produção, além disso, a emissão de poluentes e o padrão de consumo levaram toda a humanidade a uma crise ambiental. O mundo hoje assiste a crises que expõem a inviabilidade desse sistema. As crises financeira, alimentar, climática e energética não são fenômenos isolados, elas representam a mesma crise do modelo

capitalista que é movido pela superexploração do trabalho e da natureza e pela especulação e financeirização da economia.

Assim, será necessário que a matriz energética mundial contemple fontes de energia renováveis e não poluentes, que não venham agravar a fome no mundo e o aquecimento global do planeta, solucionando aspectos equivocados dos modelos de desenvolvimento, altamente poluidores, hoje adotados por uma parcela razoável de países desenvolvidos ou em desenvolvimento ou até mesmo mudanças de paradigmas. (10º. Concut, 2009)

Essa crise econômica mundial já completou seu primeiro aniversário e diversos indicadores demonstram que está em superação no Brasil. Mas como isso foi possível? Foi possível porque o governo Lula, dirigido por trabalhadores, está implementando um novo projeto de sociedade, mudando o papel do Estado e executando políticas de desenvolvimento combinadas com a distribuição de renda e a luta por igualdade social.

Os indicadores recentemente apresentados pelo governo federal demonstram isso:

- crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,9% no 2º. trimestre de 2009;
- a produção industrial, que mais sofreu os efeitos da crise, tem retomado o crescimento, mês a mês;
- as vendas do comércio varejista pouco sentiram os efeitos da crise, e continuam sustentadas pelo mercado interno.

Desde 2003 foi feita uma opção de política econômica e de desenvolvimento que garantiu, entre outros pontos, a diminuição da pobreza extrema em 44% (pessoas com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo), a redução da pobreza em 30% (pessoas com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo), o crescimento da classe C em 10,5% o aumento real do salário mínimo em 65% e o aumento do consumo das famílias por 5 anos consecutivos. Além disso, outros elementos foram fundamentais:

- a redução da vulnerabilidade externa, com saldo da balança comercial positivo;
- a redução do déficit em transações correntes;

- o fim da dívida externa líquida (diferente do modelo chamado “milagre econômico”, que apresentou crescimento com endividamento, o Brasil cresce sem dívida, com crescimento das reservas internacionais).

Outro fator de destaque foi as medidas implementadas desde o início da crise: à política fiscal, o governo federal apresentou uma postura ativa, expandindo os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também outros setores estratégicos por meio do aumento de aportes para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criando um programa inédito de habitação o “Minha Casa Minha Vida”, além da expansão dos recursos para a agricultura através do Plano Safra 2009/2010, da ampliação tanto de recursos como de alcance dos programas sociais, e aumentando os recursos para o Fundo de Participação dos Municípios.

O governo também implementou uma série de desonerações tributárias, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, caminhões, material de construção, eletrodomésticos linha branca e bens de capital, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para motocicletas; reduziu a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito para pessoa física e alterou a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Assim, foi possível uma política anticrise através da liberação de parte do compulsório, da redução de juros e de comércio exterior a partir das reservas internacionais, além de uma política fiscal de estímulo econômico.

Os bancos públicos, alvo frequente de tentativas de privatização em governos passados, foram instrumentos fundamentais para atravessar esse momento, oferecendo crédito em um momento de escassez. Desde setembro de 2008 os saldos de operações de crédito dos bancos públicos cresceram 25,2% enquanto as operações dos bancos privados nacionais cresceram apenas 3,9%.

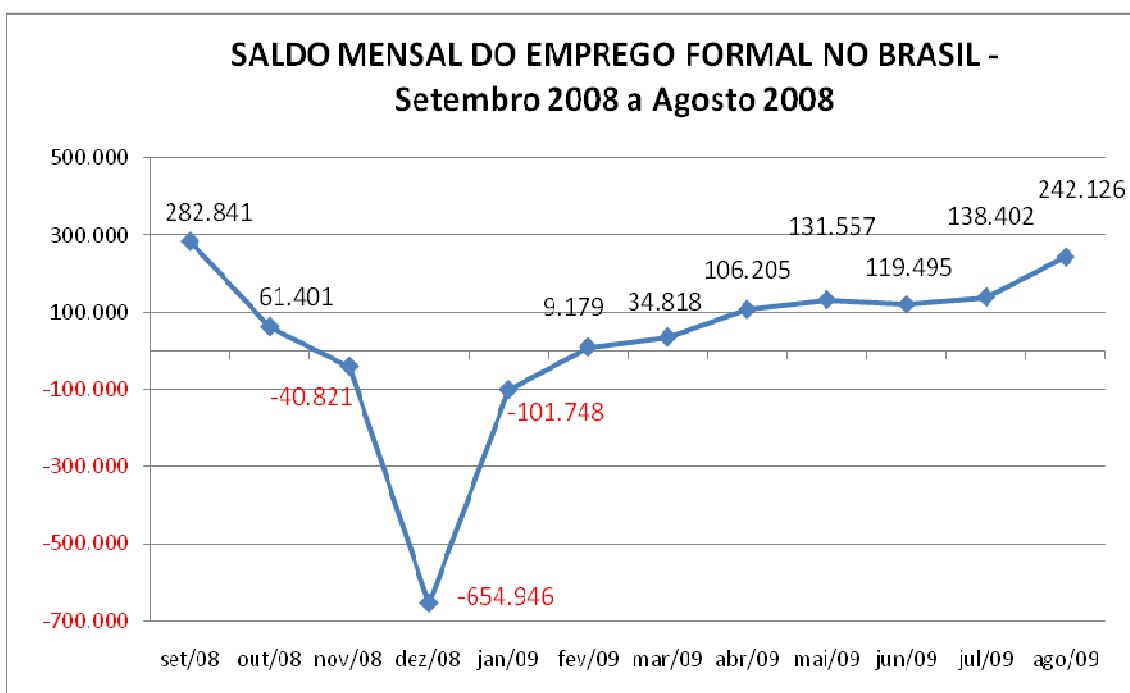
A presença do Estado na economia, como entidade reguladora e de fomento às atividades econômicas- e como ator político que garanta a promoção da igualdade social, foi fundamental para que o Brasil superasse a crise. Provaram-se assim as falhas do modelo neoliberal, dando mais um passo à sua superação. Um Estado forte é a base desse novo ciclo de desenvolvimento sustentável em que entra o Brasil.

Impulsionar o crescimento industrial e os empregos

É fato que a crise mundial ainda apresenta efeitos sobre os quais precisamos pensar e propor medidas para revertê-los. O impacto dessa crise internacional no Brasil atingiu de forma diferente os setores econômicos e, mesmo nesses setores, diferenciadamente as empresas. Estamos em um contexto mais favorável para enfrentá-la. Temos um governo que afirma que não vai aceitar uma agenda conservadora de enfrentamento da crise. De outro lado, a direita brasileira está encontrando dificuldades para questionar as conquistas recentes da classe trabalhadora, a exemplo da política de valorização do salário mínimo. (10º. Concut, 2009).

O emprego formal no Brasil apresentou saldo negativo nos meses de novembro, dezembro de 2008 e janeiro de 2009, totalizando -797.515 demissões. De lá para cá, o saldo voltou a ser positivo, somando 781.782 admissões. Anualizando o resultado, conforme gráfico seguir, o saldo é positivo nos últimos 12 meses (328.509 admissões entre setembro de 2008 e agosto de 2009).

Gráfico 1



Fonte: CAGED, Agosto/ 2009, MTE.

No entanto, o emprego no ramo metalúrgico, apresentou saldo negativo de novembro de 2008 até julho de 2009, totalizando um saldo negativo de 211.764 postos de trabalho. Somente no mês de agosto o saldo voltou a ficar positivo, em 14.177 postos de trabalho.

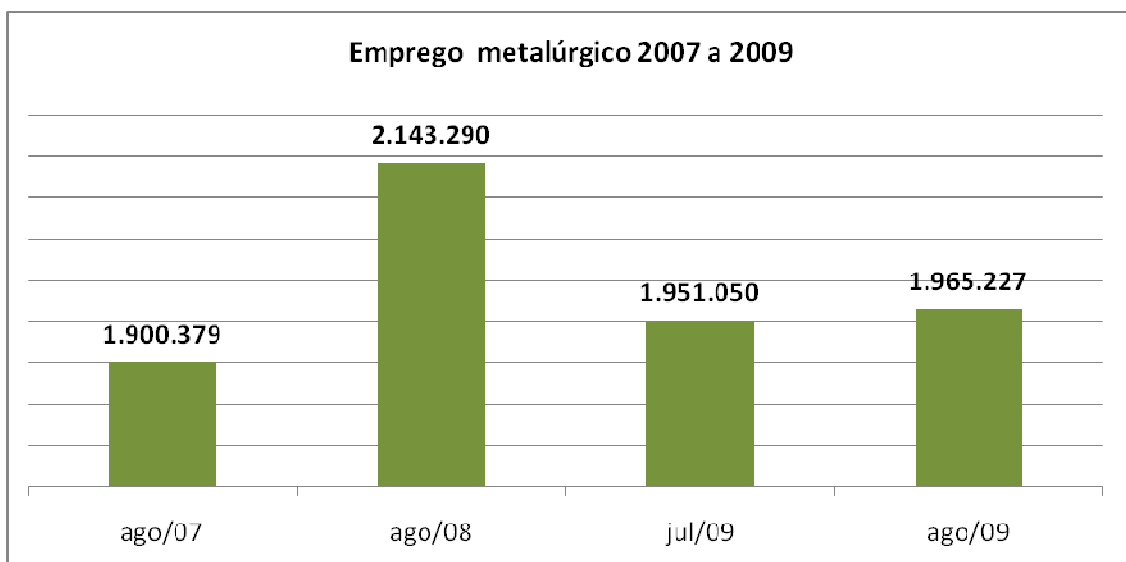
O emprego metalúrgico somou em agosto desse ano 1.965.227 postos de trabalho, número 9,1% menor do que o observado em outubro de 2008, quando era de 2.162.814. Entretanto, apresentou crescimento contínuo no período anterior à crise, e acumulou de 2003 a 2008 um aumento de 40,4%.

Gráfico 2



Fonte: CAGED/ Agosto/ 2009, MTE.

Gráfico 3



Fonte: CAGEG, Agosto/ 2009, MTE.

Os indicadores econômicos dos setores metalúrgicos demonstram uma recuperação mês a mês e uma perspectiva de produção em patamares iguais aos do ano passado para 2010 ou 2011, a depender do setor.

No entanto, devido à grande queda no início do ano e à dificuldade de recuperação do mercado externo, os índices de produção ainda indicam para um acumulado em 2009 varia de -11,9% no setor automotivo a 41,5% no setor de fundição quando comparado com igual período de 2008.

Tabela 1 – Indicadores econômicos dos setores da indústria metalúrgica (Acumulado em 2009)

Setor	Produção ou Faturamento Acumulado no ano de 2009
Automotivo (Jan/Ago 2009)	2,09 milhões de unidades produzidas (-11,9%)
Autopeças	-24,5% no faturamento

(jan/Jul 2009)

Siderúrgico
(jan/jul 2009) 13,1 milhões de toneladas produzidas (-36,9%)

Máquinas e equipamentos
(Jan/jun 2009) R\$ 29,3 bilhões de faturamento (-23,6%)

Fundição
(Jan/Jul 2009) 1,002 milhões de toneladas produzidas (-41,5%)

Fontes: IBS, Anfavea, Sindipeças, Abimaq, Abifa. Setembro/- 2009.

Reação do movimento sindical cutista frente à crise

O movimento sindical cutista assumiu a postura de rejeitar qualquer acordo amplo que, utilizando-se do pretexto da crise, buscasse retirar direitos para ampliar os lucros. Muitos empresários, aproveitando o momento, de modo oportunista, efetuaram ajustes em suas empresas ou procuraram discutir propostas que implicavam redução de salários, ou suspensão do contrato de trabalho como únicas medidas para enfrentar a crise.

O movimento sindical cutista e os metalúrgicos atuaram em duas frentes: (1ª) propondo medidas de política econômica e setoriais, sempre com contrapartidas, com destaque para a manutenção dos empregos; e (2ª) em negociações locais, avaliando caso a caso para evitar situações oportunistas, os sindicatos metalúrgicos procuraram garantir os empregos por meio de negociações de férias coletivas, suspensão temporária de contrato e, em último caso, redução temporária de jornada e de salários ou ainda programas de demissão voluntários.

Saímos da crise. E daqui para frente?

A partir dessa avaliação, à luz dos atuais indicadores, é possível concluir que nas crises anteriores a fragilidade do país e as medidas escolhidas para atravessar o momento pioravam a situação geral do país: aumento das taxas de juros (para impedir fuga de capitais), da dívida pública e do superávit primário; corte de investimentos e de gastos correntes, com aumento do desemprego e da instabilidade econômica.

A opção dessa vez foi bem diferente, foi possível “pelo momento” que o Brasil atravessa, mas por tratar-se de uma escolha política consciente, pautada por um projeto de sociedade, orientado para criar um ambiente que possibilite o desenvolvimento econômico, distribuição de renda e participação popular.

Neste momento de crise, de fortalecimento do papel do Estado e dos governos de esquerda na América Latina, a CNM e todo o movimento sindical cutista têm a oportunidade de propor um grande debate sobre qual é o modelo de desenvolvimento que interessa aos trabalhadores e sobre a construção do socialismo democrático no Brasil e no mundo.

Isso nos leva ao segundo ponto de destaque da conjuntura atual: o processo eleitoral de 2010. Todos os processos eleitorais que vivenciamos desde a retomada da democracia em nosso país foram importantes, mas esse momento agora é crucial, pois, estamos acumulando força e ganhando o debate na sociedade em vários projetos, portanto, não se trata apenas de dar continuidade às mudanças, mas com um terceiro mandato, consolidaremos e aprofundaremos projetos fundamentais de interesse da classe trabalhadora.

O movimento sindical metalúrgico tem a responsabilidade de intervir nesse processo, ajudando no debate junto à sociedade brasileira, elaborando e propondo medidas que caminhem no sentido da sociedade que queremos: democrática, solidária e fraterna.

BALANÇO DA GESTÃO

O 7º Congresso dos Metalúrgicos da CUT realizado em junho/2007, delineou um plano de ação para o mandato da Direção recém eleita. Realizou o Planejamento Estratégico já no mês de novembro de 2007 para traçar as prioridades e no início de 2008 demos seqüência ao planejamento para o detalhamento das prioridades surgidas durante o encontro de novembro. No início de 2009, foi realizada uma reunião em Atibaia para fazer um balanço do que foi Planejado e do que foi efetivamente Realizado, traçando assim estratégias para o ano que se iniciava e definindo as medidas necessárias para corresponder às expectativas surgidas no Congresso. As resoluções emanadas da vontade dos delegados e das delegadas presentes ao 7º congresso resultaram na alteração da estrutura organizacional da CNM/CUT: permaneceram os três eixos estruturantes e acrescentou-se uma atividade-meio ou “transversal” - às outras existentes para adequar a gestão e dar maior foco às áreas da Saúde, Previdência Social e Meio Ambiente, ficando assim nossa estrutura de gestão:

Eixos:

- A. Políticas Gerais e Permanentes;
- B. Organização Sindical;
- C. Contrato Coletivo Nacional de Trabalho;

Meios:

- D. Relações Internacionais;
- E. Formação;
- F. Comunicação;
- G. Gestão Política, Administrativa Financeira;
- H. Saúde do Trabalhador, Previdência Social e Meio ambiente;

- A. Políticas Gerais e Permanentes e Intervenção na Conjuntura
Atuar em todas as questões que interferem direta ou indiretamente na vida do trabalhador buscando garantir melhor qualidade de vida e inclusão social

(intervenção na conjuntura política, econômica e social, discussão de política industrial para o país e para o ramo metalúrgico). Aí se inserem também as políticas permanentes: gênero, raça, juventude, trabalhadores mensalistas ou não-manuais (técnicos e administrativos).

B. Organização Sindical

Estruturar a organização dos metalúrgicos da CUT desde o local de trabalho até o nível internacional para melhor organizar as lutas e o processo de negociação. Comitês Sindicais de Empresas, Comitês ou Redes Nacionais, Comitês Mundiais, Coordenações dos Setores, etc.

C. Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT)

Lutar para firmar contratos articulados nacionalmente que diminuam as grandes diferenças de condições de trabalho, salários e jornada existentes entre os trabalhadores metalúrgicos das diferentes regiões do país.

D. Relações Internacionais

Contribuir para o fortalecimento da organização dos metalúrgicos a partir de ações conjuntas com os trabalhadores em nível mundial: FITIM, Sindicatos de outros países, Projetos de cooperação, etc.

E. Formação

Desenvolver ações que contribuam para a organização, mobilização e intervenção dos trabalhadores priorizando uma formação integral dos mesmos, incluídas aí a formação sindical e a profissional. Busca capacitar os trabalhadores e as trabalhadoras para a organização e a ação sindical necessárias às conquistas dos seus objetivos. Atua no sentido de despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta.

F. Comunicação

Socializar as ações e lutas das Federações e Sindicatos, disponibilizar informações estratégicas às Federações, aos sindicatos, Comitês e Redes Nacionais e Internacionais e contribuir para o fortalecimento da integração entre

os trabalhadores e as trabalhadoras. Portal, Revista Brasil Metal, Boletins Brasil Metal Diário e Internacional, Revista do Brasil, etc.

G. Gestão Política, Administrativa e Financeira

Implementar ações internas para o funcionamento eficiente da entidade, como meio de atingir os objetivos definidos pelo 6º Congresso e demais instâncias deliberativas.

H. Saúde do Trabalhador, Previdência Social e Meio Ambiente

Debater as ações necessárias para a defesa da integridade física e mental dos trabalhadores, lutar pela constituição de Comissões de Saúde não paritárias em todos os locais de trabalho, em substituição às CIPAS, devendo ser assegurada a estabilidade no emprego para os eleitos, titulares e suplentes, com normas que garantam sua autonomia na luta contra os acidentes e doenças do trabalho.

Neste balanço de mandato que se iniciou em 2007 abordamos de forma sucinta as principais realizações que a CNM/CUT conseguiu até o momento. Dentre as 889 atividades agendadas e realizadas no período de 17 de setembro de 2007 a 22 de setembro de 2009, resultando numa média de 4,05 atividades por dia útil durante o período, destacamos:

A. Políticas Gerais e Permanentes

Salientamos aqui o trabalho realizado na organização da juventude: realizamos o II Encontro Nacional da Juventude Metalúrgica, em julho de 2008; também executamos em outubro de 2007, o Seminário de Intercâmbio Brasil-Alemanha com a juventude do IG METALL, focando nossas políticas permanentes para a juventude que cada dia mais se acentua em nosso ramo; realizamos também, em junho de 2009, a 1ª Conferência Expressões da Globalização, em que a juventude obteve papel destacado. Entretanto, ainda há muito que realizar sobre esse tema, fato é que a juventude sofre mais com a rotatividade de mão de obra, com a dificuldade na qualificação profissional e no acesso ao mercado de trabalho, e apresenta índices de sindicalização que apontam um enorme potencial de avanço na

organização, na mobilização e no avanço das conquistas necessárias para a juventude trabalhadora.

Nas questões de gênero a CNM deu continuidade à política de capacitação de mulheres dirigentes, realizando o Curso de Capacitação de Mulheres Militantes, atividade intensiva de preparação de quadros para os debates sobre a desigualdade entre homens e mulheres, participando do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT e unificando na prática a política nacional desenvolvida pela central. Apesar de a CNM cumprir a política de cotas em sua direção e em seus eventos gerais, ainda precisamos encontrar solução quando as atividades desenvolvidas pela CNM apresentam um público indicado pelos sindicatos em que a somatória dos participantes acaba não contemplando a cota de gênero. Realizamos também no período os Encontros Regionais de Gênero e o Encontro Nacional de Gênero articulando homens e mulheres em todo o país para o debate acerca de oportunidades no mercado de trabalho, atuação sindical, saúde e bandeiras de lutas históricas, como a luta pela creche, - um direito da criança e uma luta de homens e mulheres; também muito trabalhada e difundida - a Lei Maria da Penha, no debate a respeito da violência contra as mulheres. Participamos também de ações voltadas aos companheiros e companheiras com deficiência como no 2º Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência, realizado na cidade de São Bernardo do Campo - SP, em setembro de 2009.

A atuação da CNM durante o mandato tem caracterizado-se pela importante interlocução política com diversos setores do cenário nacional. Estabelecemos uma relação de autonomia frente ao Estado, mas com diálogo franco e aberto objetivando a defesa dos interesses dos sindicatos filiados e de nossas federações. Nossos sindicatos participaram ativamente das lutas em defesa do emprego no episódio da crise econômica mundial; articulamos iniciativas junto a outras centrais para tratar das especificidades do ramo metalúrgico. Optamos pela mobilização e luta para enfrentar as demissões que assombraram nosso ramo em todo o país. Estabelecemos debate junto ao governo federal, cobrando contrapartidas que dessem garantias aos trabalhadores durante os incentivos fiscais para desoneração emergencial da produção. Buscamos os governos estaduais notadamente o do estado de São Paulo, onde o governo Serra - preferiu apostar no desgaste do governo federal, deixando de adotar medidas que pudessem conter os

efeitos da crise e, assim, diminuir os índices de popularidade e aprovação do metalúrgico Lula.

Nossa confederação esteve presente nos principais momentos dessa conjuntura nacional: contrapomos-nos às medidas adotadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Força Sindical, quando propuseram ao país todo, a redução da jornada de trabalho com redução de salários. Estabelecemos ações de luta e resistência para evitar os efeitos prejudiciais surgidos devido à crise da economia mundial; passeatas, greves e protestos marcaram o período em boa parte de nossa base. Indo além, procuramos setores estratégicos e construímos propostas que objetivavam preservar os empregos, como foi o Acordo com a Associação Brasileira de fabricantes de Máquinas (ABIMAQ). Procuramos também os governos federal e estaduais para construir mecanismos que evitassem as demissões, também participamos do Dia Nacional em Defesa do Emprego no mês de fevereiro de 2009 e da Mobilização em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora em março do mesmo ano. Participamos do 10º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), no qual elegemos dois representantes do nosso ramo para compor a direção nacional da CUT, além de elegermos três companheiros para a executiva da central. Também durante a gestão participamos da Jornada Nacional Unificada de Lutas realizada em agosto de 2009.

B. Organização Sindical

No eixo de Organização há destaque para a organização de redes e comitês de trabalhadores cujo objetivo é articular os trabalhadores das diversas plantas existentes das grandes multinacionais, sejam elas originárias nos países centrais ou provenientes dos países emergentes como o Brasil. Essa política de diminuir as distâncias entre os trabalhadores de um mesmo patrão - caminha para a diminuição das desigualdades, a construção de uma pauta comum e a solidariedade na luta. Os setores organizados no interior da CNM também tiveram seus momentos organizativos, reunimos o setor siderúrgico, o automotivo e o de eletroeletrônicos.

No campo da disputa sindical entre o projeto cutista e os demais olhares, investimos nas oposições sindicais de São José dos Campos, Açailândia, Extrema, Cambuí, Itajubá, Camaçari e Feira de Santana, dentre outras: nesta última obtivemos uma importante vitória nas bases da CTB. A vitória em Feira de Santana, BA,

remete-nos ao método que adotamos com o acompanhamento das bases, articulação da oposição, planejamento estratégico e solidariedade dos dirigentes que sempre acompanham as eleições em que os cutistas levam nossas bandeiras de liberdade e autonomia sindical.

Também realizamos atividades de suporte às federações e sindicatos desenvolvendo seminários de planejamento estratégico, com o objetivo de aguçar o foco de nossas entidades filiadas frente às demandas e aos desafios da conjuntura de cada região em articulação com a política nacional da CNM e da CUT.

Atuamos nos espaços institucionais da nossa Central, nos grupos de trabalho de terceirização, desenvolvimento e energia, contribuindo para que o sindicalismo brasileiro participe ativamente destes temas importantes. Além desses espaços de formulação e debates a CNM participou efetivamente das grandes lutas da central, como a IV Marcha da Classe Trabalhadora, em dezembro de 2007, na capital federal, em que realizamos a Assembléia Nacional dos Metalúrgicos, antecedendo a marcha cutista, na qual fizemos vários atos, dentre eles o da entrega da Pauta Nacional Unificada e o acampamento dos metalúrgicos que reuniu em Brasília mais de dois mil trabalhadores metalúrgicos durante três dias. Em 2008, estivemos presentes na Plenária Estatutária da CUT Nacional, realizando ao final do evento a Assembléia da Classe Trabalhadora da qual nosso ramo participou com delegações de todo o país. Também no mesmo ano participamos da V Marcha Nacional da Classe Trabalhadora na luta pela valorização do salário mínimo e pela pauta nacional cutista, Nessa pauta destaca-se o Ato Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução salarial e pela ratificação das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

C. Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT):

Nesse importante eixo de atuação da CNM, realizamos juntamente com as nossas federações, em 2007 e 2008, a entrega da Pauta Nacional Unificada, em São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina. Entretanto, nesse eixo, os principais sindicatos que poderiam ser beneficiados por uma negociação coletiva nacional desfilaram-se da CUT, causando um enfraquecimento da unidade metalúrgica para a luta pelo Contrato Coletivo Nacional. Essa política de fragmentar a ação nacional dos metalúrgicos, foi combatida pelas ações da CNM quando

buscamos em todas as atividades relevantes para o nosso ramo, envolver as demais centrais, apesar das diferenças ideológicas que as afastam da luta unitária - por uma contratação nacionalmente articulada que diminua as desigualdades entre metalúrgicos e metalúrgicas em todo o país. Diversos seminários e atividades formativas foram realizados para demonstrar a necessidade de estabelecermos essa contratação coletiva, objetivando a unificação das diferentes bases de nossos sindicatos para o mês de setembro, para uma grande campanha salarial nacionalmente articulada; entretanto vários sindicatos de nossa base ainda não conseguiram transferir a data base para o mês de setembro, fato que indica a necessidade de intensificarmos essa campanha de unificação das lutas.

D. Relações Internacionais:

A ação internacional da CNM/CUT, concentrou-se no apoio à organização e ação sindical para o fortalecimento da luta dos trabalhadores metalúrgicos. Em seu 7º Congresso, a orientação aprovada foi fazer frente à globalização neoliberal, que apesar dos avanços dos governos de esquerda na América Latina, continuava fortemente representada no governo Bush e no seu campo de alianças internacionais.

A solidariedade entre sindicatos metalúrgicos de todo o mundo foi linha mestra, e os seus princípios foram: “o anti-imperialismo; defesa da soberania nacional dos povos; denúncia e enfrentamento da condição subdesenvolvida dos países da "periferia", e da aliança da classe dominante com o capital internacional; produção teórica e ideológica da luta pelo socialismo; ética e moral na política; permanente luta por uma democracia participativa e a necessária construção de forças políticas com independência de classe capazes de levar isso a cabo.” (7º Congresso CNM CUT).

Assim, no enfrentamento da sanha precarizadora das empresas transnacionais, a CNM/CUT, potencializou a organização dos trabalhadores em busca da superação da versão atual do capitalismo, e abriu novos caminhos ao desenvolvimento, do Brasil e dos países emergentes, articulando o apoio dos trabalhadores dos países desenvolvidos.

Quando o mundo se viu frente a uma crise econômica internacional, a CNM/CUT, rapidamente se pôs a aprofundar a compreensão do que ocorria, realizando

o debate em reunião da Executiva de Novembro de 2008, com a presença do Senador Mercadante e do Deputado Federal Genoíno.

A *Conferência Expressões da Globalização: impacto sobre os trabalhadores, análise comparativa Brasil – Alemanha*, realizada em junho de 2009, a partir da parceria com a Fundação Hans Böckler (fundação alemã ligada à DGB), reuniu mais de 200 dirigentes sindicais, para analisar os efeitos da crise, e demonstrou que, na verdade, trata-se de um problema estrutural do capitalismo, incapaz de realizar o lucro gerado no sistema financeiro e prejudicando a economia produtiva, colocando os países desenvolvidos em recessão.

Esta conferência foi propiciada graças ao extraordinário avanço que representou a eleição, em 2008, do companheiro Valter Sanches como representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Daimler, fato inédito no Brasil. O bônus da sua participação é doado à Fundação Hans-Böckler que co-organizou a Conferência.

A partir desta percepção, a política internacional da CNM/CUT, buscou aprofundar os diálogos entre sindicatos da Europa e da América, buscando fazer desta crise uma oportunidade para novos paradigmas ao desenvolvimento, construídos sob os interesses da classe trabalhadora.

Além do enfretamento à crise, a luta por outra globalização, se refletiu em um intenso intercâmbio entre os trabalhadores das multinacionais, destacando-se a VW, Grupo FIAT, Daimler - Mercedes, Ford, Gerdau, Arcelor Mittal, Tenaris, ThyssenKrupp, ZF, Dana, GM, Bosch, Schäffler, Rheinmetall - KS, Mahle, Rolls-Royce e SKF. Foi uma nova estratégia que se consolida no movimento sindical cutista, atuar na organização dos trabalhadores do hemisférios norte e sul, lutando por igualdade de condições de trabalho.

As Redes e Comitês, além de ferramentas de organização sindical, mostram-se cada vez mais importantes como instrumentos fundamentais, contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e precarização das condições de trabalho; e esse trabalho teve lugar estratégico entre nossas prioridades. A busca para organizar os trabalhadores numa mesma empresa no país, ao mesmo tempo em que proporcionamos o intercâmbio com os sindicatos dos países das suas matrizes, deu enorme impulso à organização dos metalúrgicos no Brasil, e já colhemos frutos concretos.

Neste mesmo sentido, foi também prioridade o estreitamento de relações diretas entre as entidades sindicais dos seguintes países: Alemanha, com o IG Metall, DGB, FES e FHB; com a Suécia, por meio do IF Metal, com o Canadá, junto ao CAW; com os EUA, com a AFLCIO e o USW; Espanha, CCOO. Além dos vínculos e intercâmbios com os trabalhadores mineiros no México e demais parceiros na AL, sobretudo no Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia. A conscientização em relação à importância da união entre os trabalhadores dos países ricos, pobres e em desenvolvimento, sobre a exploração de nossos países, foi a base deste intercâmbio.

Também em relação à América Latina, a CNM/CUT, atuou em solidariedade contra o autoritarismo e pela liberdade de organização sindical (casos de Honduras, México, Bolívia, Argentina, Guatemala, Colômbia).

No 7º Congresso, aprovamos a resolução especial: **“Pacto Global de Solidariedade e Defesa Mútua entre os Metalúrgicos”** (vide anexo 1), que deveria ser proposta ao Comitê Central da FITIM, que se reuniria em novembro de 2007, em Salvador, BA. Nesta resolução sintetizávamos o que já era nossa prática de solidariedade internacional efetiva, cuja campanha na Gerdau do Brasil em 2005, em solidariedade aos metalúrgicos na empresa nos EUA e Canadá, foi o maior símbolo. Para nós, uma ação ou campanha como essa, deve envolver os trabalhadores na mesma empresa e/ou nas de seus clientes, em todo o mundo.

Durante a referida reunião do CC, o IF Metal da Suécia, nos fez um pedido para encontrar uma formulação alternativa da resolução, pois eles teriam “problemas legais” para encaminhá-la da forma que estava proposta. Esta formulação não foi oferecida por eles, e o tema foi conseqüentemente adiado.

Por decisão da Executiva, nós o reapresentamos como emenda ao Programa de Ação ao 32º Congresso da FITIM, de maio, de 2009. Com algumas alterações, a resolução foi aprovada. O desafio agora é a sua implementação efetiva sempre que houver práticas anti-sindicais ou socialmente injustas de empresas transnacionais ou governos.

Esta proposta de resolução, nada mais era, que a busca, para que a FITIM incorporasse uma prática que já era nossa, e virou referência mundial, possibilitou que pudessemos aglutinar uma frente de sindicatos do Hemisfério Sul e alguns da Europa,

em torno de uma plataforma combativa para a FITIM, representada na candidatura de Fernando Lopes, como Secretário Geral.

Esses sindicatos não se sentiam representados pelo corpo dirigente da FITIM, exclusivamente europeu, e pelo esquema de poder baseado na proporcionalidade do valor financeiro das cotas pagas, por cada afiliado, onde os alemães, nórdicos, japoneses, britânicos e americanos, detinham 65% das cotas e 100% do poder. Estiveram ao nosso lado sindicatos da Austrália, Tailândia, Coréia, Índia, do Continente Africano, todos os países da América Latina, Rússia, Espanha, Itália e Bélgica.

No acordo final, muito comemorado pelos nossos parceiros de plataforma, estabelecemos que Fernando Lopes, seria ELEITO, Secretário Geral Adjunto e que ficariam sob a sua responsabilidade exatamente as campanhas de solidariedade, a construção e organização sindical, e os escritórios regionais.

Entre outras ações na área internacional que desenvolvemos durante esta gestão destacamos: as questões laborais do NAMA e Mercosul; ; o espaço da CUT para Redes e Comitês, o CutMulti; atividades de intercâmbio sobre Gênero e Juventude; o apoio aos metalúrgicos brasileiros membros de Comitês Mundiais (VW, Daimler, SKF e Roll-Royce); diversas viagens de intercâmbio a nível de empresa ou setoriais, temáticas organizadas com nossos parceiros ou pela FITIM; acompanhamento de diversas delegações internacionais em visitas ao Brasil; envio de cartas de solidariedade e protesto; atos de solidariedade em empresas e consulados, etc.

A CNM/CUT, pela sua concepção e prática de solidariedade internacional, se transformou em referência para os sindicatos combativos do mundo todo, especialmente dos países do hemisfério sul. Agora devemos fortalecer nossas alianças internacionais e aprofundar nossa política, cooperando com o fortalecimento dos sindicatos da América Latina, África e Ásia, em especial, e estando na linha de frente da luta por uma reformulação da FITIM, para que esta esteja à altura de combater a política precarizadora das empresas transnacionais.

E. Comunicação

Desde a realização do 7º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em junho de 2007, a CNM/CUT investe numa política de comunicação por entender a importância e o potencial que isto representa para a organização dos trabalhadores metalúrgicos em todo o país.

No último período, a CNM/CUT remodelou o Portal dos Metalúrgicos do Brasil, que atualmente é o principal canal de comunicação entre a base, as entidades filiadas e a Confederação. Também realizou o 2º Encontro Nacional de Comunicação dos Metalúrgicos, que reuniu representantes dos sindicatos e federações filiadas. Também foram realizados cursos de capacitação em comunicação para dirigentes sindicais, por meio da Secretaria Nacional de Formação.

Em 2009, a CNM/CUT inovou a comunicação sindical ao transmitir eventos ao vivo via *webtv*, e também o Brasil Metal Diário em TV, um jornal que durante 30 minutos, levou aos internautas as últimas notícias do setor.

Internet

A página eletrônica da CNM na internet, www.cnmcut.org.br, foi ao ar em 05 de dezembro de 2005 e tornou-se referência na publicação e pesquisa de assuntos do ramo metalúrgico para trabalhadores, sindicalistas e imprensa. O número de acessos atingiu números expressivos: De novembro de 2006, quando foi iniciada a medição de audiência no Portal dos Metalúrgicos, até setembro de 2009, o número de *pageviews* ultrapassou a marca dos 10 milhões de acessos. Diariamente saltou de 2.000 para quase 30.000 visualizações no período. Já os registros diários de IP (acessos únicos), saltaram de 370 para 2.700. Atualmente, a CNM/CUT é a entidade sindical cutista mais acessada na internet, superando até mesmo a Central Única dos Trabalhadores. Com estes números, a CNM/CUT também atinge uma audiência próxima ao do maior sindicato metalúrgico do mundo, o IG Metall, da Alemanha.

Um instrumento importante neste processo é o Brasil Metal Diário, boletim eletrônico que envia todas as manhãs as notícias publicadas no portal para milhares de trabalhadores, dirigentes sindicais e jornalistas do Brasil e do mundo.

Atualmente o Portal dos Metalúrgicos do Brasil publica notícias em texto, vídeo e áudio, possui galerias de fotos, reproduz os boletins e jornais das entidades filiadas e publica os indicadores do setor, entre outros serviços.

Publicações

Como parte da estratégia de comunicação, a CNM/CUT, produz desde 2007, o Jornal Brasil Metal, que leva aos trabalhadores o balanço das negociações em todo país, com tiragens que variam de 250 mil a 500 mil exemplares.

Outra publicação feita pela Confederação é o Brasil Metal Internacional: Um boletim semanal enviado pela internet para dirigentes sindicais brasileiros e estrangeiros, relatando as ações da Confederação no âmbito internacional, que já soma quase 350 edições desde o seu lançamento.

O departamento de comunicação da CNM/CUT também auxilia os sindicatos, redes e comitês de trabalhadores na elaboração de boletins informativos, criação de logotipos, Etc., prestando o suporte necessário para quem ainda não possui uma estrutura de imprensa.

A Confederação é membro do Conselho da Revista do Brasil, que possui uma tiragem de 300 mil exemplares entregues na residência de trabalhadores sindicalizados.

F. Formação e Educação Sindical e Profissional dos Metalúrgicos(as):

“A Formação da CUT busca capacitar os trabalhadores e trabalhadoras para a organização e a ação sindical necessárias às conquistas dos seus objetivos. Atua no sentido de despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta. Tem como meta atingir amplos setores dos trabalhadores, procurando articular as dimensões do cotidiano do local de trabalho com as demandas da classe.”

A CNM-CUT seguindo estas orientações criou em seu 7º congresso em 2007, a Secretaria Nacional de Formação e posteriormente estruturou o Plano Nacional de Formação, cujo principal objetivo é a *formação de formadores* com princípios político-pedagógicos de Paulo Freire, visando a transformação da atuação sindical de nossos dirigentes enquanto formadores.

O Plano Nacional de Formação da CNM/CUT, objetiva intensificar as ações no campo da formação, voltada para as direções, que atuam tanto na estrutura sindical e nos locais de trabalho, como nos espaços de gestão das políticas públicas, buscando maior integração entre as ações formativas e as ações políticas e sindicais. Procuramos assim a qualificação dos dirigentes para o debate de temas estratégicos, sobretudo no que diz respeito à concepção, estrutura e prática sindical da CUT, à liberdade e autonomia sindical e às relações de trabalho no contexto de um novo padrão de desenvolvimento e consolidação da democracia; assim também se intensifica o debate sobre o projeto sindical da CUT desde os locais de trabalho.

Estruturamos e organizamos um “Processo de Formação” que atende as demandas de formação já apresentadas em processos anteriores de discussão quando percorremos todas as regiões de nossa base apresentando a nova secretaria e levantando as expectativas das nossas federações e sindicatos filiados, considerando as especificidades dessas regiões e a disponibilidade estrutural da CNM.

A Formação de Formadores tornou-se então um programa privilegiado de qualificação dos dirigentes que participam do Coletivo Nacional de Formação. Considerando as experiências da Formação de Formadores já existentes no universo cutista foi elaborado esse Programa que tem como principal objetivo preparar os dirigentes para o exercício da função de Dirigente Formador. Sua forma de

elaboração possibilitou o aprofundamento de questões teóricas, como o papel do dirigente como educador, as diferentes concepções de educação, a história da formação, a utilização de recursos pedagógicos e técnicas de grupo, o que é sistematização e o exercício prático de construção e aplicação de atividades formativas. Este programa também vem sendo desenvolvido através do projeto de cooperação financeira que existe entre CNM-CUT e IF-METALL Suécia.

Em outubro de 2007 realizamos uma Oficina da Secretaria de Formação, trocando experiências e objetivando a formatação de nosso Plano Nacional de Formação e efetuamos o primeiro módulo do curso de Formação de Formadores da CNM/CUT. Ainda em novembro de 2007, ocorreu o Encontro do Coletivo Nacional de Formação, que desenvolveu também uma atividade formativa em Barra do Piraí - RJ, com o Seminário de Cargos e Salários e o segundo módulo do curso de formação de formadores.

Em 2008, realizamos curso em Santa Catarina para militantes sindicais com o tema “Eleições Sindicais, Democracia, Mesas e Mesários”, concluímos também em março a primeira turma de Formação de Formadores, desenvolvido em três módulos, sendo capacitados ao final 17 dirigentes sindicais de todo o país. Na grade desse curso incluímos também capacitação para o debate de saúde do trabalhador através da metodologia desenvolvida pelo projeto Vida Viva. Realizamos no mesmo ano uma série de encontros regionais de formação, dois em São Paulo, dois em Manaus, um no RJ/ES, um em MG e outro na Região Nordeste. No Espírito Santo e em Pouso Alegre, MG, realizamos encontros de Formação com o tema Concepção e Prática Sindical (CPS), já no ABC paulista reunimos os trabalhadores terceirizados nas montadoras e realizamos também um curso sobre CEPS.

Em 2009, nos meses de março e julho realizamos a segunda turma de Formação de Formadores envolvendo 20 dirigentes de toda a base, também nesse período ocorreram os encontros regionais de formação da FEM Santa Catarina/Paraná, da FEM Nordeste e da FEM Rio de Janeiro/Espírito Santo, além de curso de CEPS com a direção metalúrgica de Barra do Piraí, já desenvolvidos pelos formadores voluntários capacitados nas duas turmas de Formação de Formadores (FF), de 2008/2009.

A atuação da CNM/CUT na formação sindical propiciou um exame mais acurado das demandas de nossa base. Constatamos de forma empírica que há uma importante renovação dos quadros dirigentes nos sindicatos de nossa base, essa renovação nem sempre é acompanhada de um processo formativo que capacite os novos dirigentes para uma atuação sindical mais consistente. O processo formativo desses dirigentes se dá na prática, no dia a dia, tendo como método a comparação com a atuação dos outros dirigentes mais antigos no sindicato; então, eles acabam copiando, assimilando a prática sindical em detrimento, muitas vezes da concepção sindical, no nosso caso, cutista. A necessidade, portanto, de investirmos na formação, em especial voltada para nossa concepção, torna-se cada dia mais evidente, havendo um campo enorme de oportunidades para a CNM/CUT atuar nessa área.

G. Saúde do Trabalhador, Previdência Social e Meio Ambiente

Com a criação da Secretaria de Saúde, Previdência Social e Meio Ambiente, no 7º Congresso, em 2009, ocorreram as primeiras ações para efetivação e legitimação dos objetivos desta pasta:

- Participação de grupos de trabalho para atualização das Normas Reguladoras – NR 12 (máquinas e equipamentos) e NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual);
- Organização do grupo de trabalho para criação de uma Norma Reguladora para o setor naval com contribuição dos sindicatos e federações;
- Seminário sobre o Nexo Técnico Previdenciário do Ramo Metalúrgico, realizado com o objetivo de discutir a aplicação do nexo técnico no ramo metalúrgico, suas limitações e avanços;
- Organização do Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, com o objetivo de debater as ações necessárias para defesa e saúde dos trabalhadores, ser instrumento para a luta por uma previdência social digna e discutir sobre o meio ambiente defendendo a proposta dos trabalhadores;

- Realização de Oficinas Regionais do Coletivo Nacional de Saúde: no encontro de organização do Coletivo Nacional houve a indicação dos representantes responsáveis pelas ações de saúde dos Estados que buscam aplicar em sua base de representação as ações pertinentes às especificidades de suas regiões em consonância com a política nacional de saúde do trabalhador;
- Participação do ramo metalúrgico nos Seminários Regionais de Formação em Saúde Complementar, resultante do Convênio de Cooperação Técnica CUT/ANS.

H. Gestão Política, Administrativa e Financeira:

A gestão da CNM/CUT se dá por meio de uma Agenda, instrumento administrativo que submete as ações da CNM/CUT a procedimentos que visam dar agilidade e eficiência, transparência e democracia. Quaisquer atividades propostas pelos dirigentes ou entidades filiadas ou mesmo as entidades da CUT são inseridas pela secretaria geral na Agenda; toda semana, às terças feiras, a direção presente na sede da CNM reúne-se para aprovar ou não as atividades propostas. Os pareceres sempre buscam atender primeiramente os quesitos de ordem política e os quesitos de ordem financeira; havendo concordância e disponibilidade de recursos humanos e financeiros a atividade é aprovada.

As atividades aprovadas são encaminhadas à assessoria que compõe um corpo único de funcionários que atendem às diversas secretarias da CNM e à totalidade da Direção; as atividades aprovadas são organizadas a partir de planilhas de atividade e reuniões de planejamento. O número atual de atividades é em média de quatro atividades a cada dia útil, um número absolutamente formidável em comparação com qualquer entidade, sindical ou não, neste país.

Buscamos também uma política de gestão otimizada para que possamos potencializar a participação de nossas entidades filiadas nos eventos desenvolvidos pela CNM. Os parceiros internacionais atuam de forma consistente nos convênios estabelecidos, a CNM, buscando a solidariedade internacional, implementa uma política de formação e organização em sintonia com o movimento sindical internacional. Estamos desenvolvendo junto CAW, sindicato canadense, um projeto de capacitação e organização das mulheres metalúrgicas; com o IF METALL, sindicato sueco, estabelecemos a formação de formadores e a formação de base dos dirigentes de base de nossos sindicatos em todo o país. Com as Comissões Obreiras da Espanha (C.C.O.O), realizamos Curso de Capacitação de Dirigentes Sindicais em Negociação Coletiva no Marco da Globalização.

Estratégia e Plano de Lutas

EIXO 1

CONTRATO COLETIVO NACIONAL DE TRABALHO – ELIMINAR AS DIFERENÇAS

Voltando um pouco na história

Há pelo menos uma década a CNM/CUT, desde o início do “Festival de Greves”, vem desenvolvendo a campanha pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT), colocando em prática uma discussão antiga entre os trabalhadores metalúrgicos e cutistas em geral. Pode-se pensar então que se trata de algo impossível de se conquistar, dado o tempo em que lutamos por esse contrato, e as grandes dificuldades presentes. No entanto, se não conseguimos ainda implementar o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT) comum para os metalúrgicos ou para os setores do ramo metalúrgico, diversas ações realizadas nesse período acumularam experiências importantes para refletirmos e pensarmos em novos passos. E não é só isso, essas ações representaram ganhos concretos para os trabalhadores metalúrgicos - o principal objetivo dessa luta- como se tem mostrado nos avanços onde negociamos a nível estadual: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo e Manaus.

Outras ações implementadas nesse período foram fruto da discussão do CCNT, da concepção de que atuar de forma unificada, nacionalmente, em questões que envolvem todos os trabalhadores metalúrgicos é a melhor saída para avançar. Dessa forma, foram implementadas ações de negociação coletiva nacional por uma pauta dos trabalhadores ou ações para interferir em questões de política industrial, mas que interfeririam diretamente sobre o emprego, as condições de trabalho e os salários. Podemos citar, como exemplo, ações nos setores automotivo, siderúrgico, naval, aeroespacial, ou ainda em segmentos desses setores, como máquinas e implementos agrícolas, material ferroviário, caminhões, entre outros.

No 4º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a luta pelo CCNT foi aprovada como ação estratégica e central. Essa resolução e a estratégia da CNM/CUT foi atualizada periodicamente, de acordo com as experiências que traziam novas idéias,

e no 6º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT a resolução aprovada sobre o CCNT foi:

“O Contrato Coletivo Nacional de Trabalho visa estabelecer uma base mínima, de caráter nacional, geral e articulado, sobre a qual os metalúrgicos vão desenvolver as demais negociações. Ele é de caráter geral, porque seu conteúdo é o de estabelecimento de condições mínimas, que não suplantarão as negociações específicas, locais. Mas é também articulado porque deverá desdobrar-se nas mais diversas regiões e estados do País até o nível de empresa, visando adaptar-se às diferentes realidades nacionais.”

Importância da pauta nacional unificada

No Brasil, as diferenças regionais não se limitam às “boas” diferenças de culturas, ritmos, sotaques e modos de vida. As diferenças econômicas regionais são perversas para os trabalhadores, pois imprimem padrões de vida, salário, e condições de trabalho desiguais nas diversas regiões. Sendo assim, um trabalhador de Sete Lagoas-MG, precisaria trabalhar quase três vezes mais para atender as necessidades de alimentação, equipamentos domésticos, vestuário, transporte, moradia, educação, do que um trabalhador da região do ABC paulista, como mostra nossa pesquisa “Dos Salários às Compras”. A disparidade entre os pisos salariais da categoria fixados pelas convenções coletivas também são grandes.

A jornada de trabalho média contratada também varia muito: em algumas regiões os metalúrgicos trabalham 44 horas, sem considerar a hora extra que pode variar entre cinco e oito horas de trabalho a mais por semana, a depender do local. Já no ABC Paulista e em Manaus há jornadas menores, com 42 horas e 43 horas semanais, respectivamente. Isso significa que em alguns locais do Brasil, como por exemplo, em Raul Soares (MG), os trabalhadores têm quase duas semanas a mais de trabalho no ano, do que os trabalhadores metalúrgicos no ABC.

Uma pauta nacional unificada com pontos mínimos como piso salarial, cláusulas sociais e jornada de trabalho de 40 horas semanais, deve ser elaborada e aprovada pelos metalúrgicos, e incluída nas campanhas salariais, mas também em pautas a serem entregues nacionalmente para as representações empresariais nacionais e setoriais.

Proposta de Contrato Coletivo Nacional de Trabalho

Para a CNM/CUT a negociação coletiva é uma ação política entre os sindicatos de trabalhadores e as representações dos empregadores. As negociações, os acordos e contratos coletivos são instrumentos para ampliar as melhorias nas condições de remuneração e em todas as questões vinculadas à participação dos trabalhadores no processo produtivo, em especial as sociais. O resultado de qualquer negociação está nos resultados da correlação de força que se estabelece entre as partes envolvidas: a força dos trabalhadores é resultado de sua capacidade de mobilização e da organização de seus sindicatos, o que exige do movimento sindical a busca permanente da atualização de suas formas de organização, a fim de ampliar a unidade de seus movimentos e conquistar parcelas mais amplas de trabalhadores.

No Brasil, o modelo corporativista de organização sindical imposto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela cultura sindical, pelo poder normativo da justiça do trabalho e pelo apelo para os conflitos se resolverem no judiciário, pela legislação restritiva sobre a negociação coletiva, em especial, com uma única data no ano prevista para esse fim, fazem com que a maioria dos ramos produtivos limitem as negociações coletivas à base de representação territorial de cada sindicato. É nesse cenário que a CNM/CUT propõe uma nova forma de negociação e de organização dos trabalhadores metalúrgicos.

Essa estrutura tem o objetivo de garantir que em todos os espaços estaremos refletindo, discutindo, elaborando propostas e garantindo a circulação desses debates entre os níveis de organização dos Metalúrgicos da CUT, a saber: Comitê Sindical de Empresa, Sindicato, Federação e Confederação, além das estruturas Setoriais, Coletivos, Comitês e Redes Nacionais por Empresa. Através dessa estrutura organizativa poderemos estabelecer um novo sistema de negociação coletiva nacional, articulando os diferentes níveis da estrutura, cada um com o papel de negociar, procurando assim “cobrir” todos os trabalhadores pelos Acordos e Convenções Coletivas.

O contrato pressupõe uma negociação permanente (e não apenas em uma data base) sobre os mais diversos pontos, o que, por conseguinte, acarretará constante produção de novos acordos melhorando ou complementando o contrato nacional ou ainda estabelecendo contratos sobre questões ou pontos específicos, devendo cada novo

acordo produzido ser incorporado ao Contrato, como parte constitutiva dele. Outro ponto importante é que nenhuma cláusula acordada poderá perder a validade antes que um novo acordo seja assinado.

O modelo de Contrato Coletivo Nacional de Trabalho seria composto de diversos níveis organizativos que, articulados, se complementariam: nível nacional (geral, por setor e por empresa), estadual ou interestadual, regional ou Municipal, empresa/fábrica.

Entretanto, para estabelecer o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho é fundamental uma legislação que estabeleça os parâmetros sob os quais a negociação ocorrerá.

Unificação da data-base para setembro

Apesar de uma concentração de datas-base em maio, setembro, outubro e novembro – que já somam quatro meses de negociação -, temos outros sindicatos espalhados por todos os meses do ano, de janeiro a dezembro! Isso dificulta a organização, porque pulveriza as negociações, faz com que os empresários utilizem chantagens sobre o tipo de acordo fechado em outro local, ou sobre o que não foi fechado ainda, entre outras.

Mas os problemas não param por aí: como é possível que sindicatos menores tenham mais força para negociar se estão em meses com pouca mobilização, pois poucas categorias estão em negociação? Como é possível garantir uma melhor correlação de forças para os trabalhadores se as negociações se dão em meses de menor produção na indústria metalúrgica?

Por esses motivos, o passo mais importante agora para conquistar o CCNT, ou mesmo para melhorar as condições de negociação coletiva em cada sindicato, é unificar a data-base dos metalúrgicos em uma única data, a exemplo de outras categorias, como os bancários e os petroleiros. A proposta é de que a data-base unificada seja no mês de setembro que, historicamente, apresenta-se como o mês de maior produção para os setores da indústria metalúrgica.

Setorialmente: acumular para depois expandir

A busca de organização dos setores do ramo metalúrgico apresenta diferentes experiências, devido a fatores de dispersão pelo território nacional, tamanho e diversificação das empresas de determinado setor, típico de cada processo produtivo, entre outros motivos, e, as negociações setoriais podem garantir que as especificidades sejam objeto de negociação, paralelamente às negociações nacionais, estaduais e regionais.

É estratégico também, porque como alguns setores já possuem experiências acumuladas por terem realizado ações nacionais, podem mais facilmente chegar a um acordo nacional, e assim, criar um exemplo, um paradigma para a negociação na indústria metalúrgica brasileira, o que pode irradiar para outros setores e mesmo nacionalmente.

Negociação Nacional por Empresa

Outro modo de criar um exemplo que pode irradiar positivamente nas negociações nacionais é a negociação nacional em uma empresa com diversas unidades no território nacional. Sabemos que as diferenças, por exemplo, salariais entre unidades de uma mesma empresa no Brasil, chegam a ser mais que o dobro. Algumas empresas já possuem os Acordos Marco Internacionais, que podem ser instrumentos que auxiliam na negociação nacional.

Novamente, as ações serão realizadas paralelamente às negociações nacionais e setoriais nacionais, somando forças, sem rebaixar as condições do Acordo Nacional Geral.

EIXO 2

POLÍTICAS GERAIS E PERMANENTES

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, (CNM/CUT), desde sua criação enquanto departamento e posteriormente sua organização como confederação, sempre exerceu um papel de articulador das políticas sindicais desenvolvidas pela CUT para todos os sindicatos e federações filiadas. Esse papel de organização nacional sempre foi desempenhado para defender os interesses dos trabalhadores de nossa base frente aos desafios sindicais e aos desafios que a conjuntura econômica e política nos impuseram. Ao traçar suas políticas gerais a CNM busca assumir o papel de protagonista na atuação sindical para interferir de forma concreta nas decisões e rumos da política de desenvolvimento econômico, industrial, social e ambiental do país, através da defesa de todas as políticas que interfiram diretamente na diminuição e na extinção das desigualdades nas condições vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras. A luta pela redução da jornada de trabalho, pela diminuição das taxas de juros, a valorização do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física, a luta pela liberação do crédito por parte da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a luta contra toda e qualquer discriminação, a juventude e as questões de gênero são algumas das muitas faces de atuação da CNM como organismo de abrangência nacional responsável pela difusão de uma política sindical consistente, atuante e que aponte para a liberdade e autonomia sindical.

Políticas Industriais e Regionais:

O valor adicionado ao PIB pelos setores da indústria metalúrgica em relação à contribuição da indústria nacional representa cerca de 21,5%. O ramo metalúrgico é responsável também por cerca de 30% dos empregos na indústria brasileira. Isso expressa a importância desse segmento para a indústria nacional e para a economia brasileira e a necessidade de pensar em políticas que contribuam para seu desenvolvimento.

A partir do debate sobre qual projeto de desenvolvimento para o Brasil é importante para os trabalhadores, destacamos a importância do movimento sindical na participação e interferência efetiva na formulação de políticas industriais nacionais e regionais que proponham ampliação dos investimentos, do crédito com contrapartidas sociais, que reflita critérios estratégicos de desenvolvimento, redução de juros, gerando crescimento econômico, com maior conteúdo tecnológico e valor agregado, proteção e geração de empregos de qualidade e distribuição de renda.

A CNM/CUT defende que os espaços tripartites constituídos para o debate sobre Política Industrial tenham efetividade e que as propostas elaboradas nesses espaços sejam privilegiadas no momento da definição das políticas, nos moldes dos Fóruns de Competitividade, como do setor eletroeletrônico, único ainda em andamento

As dimensões continentais do país e as fortes desigualdades regionais impõem a necessidade de ações descentralizadas de desenvolvimento industrial, articuladas a uma política industrial única para todo o país.

As políticas de apoio às micro, pequenas e médias empresas devem garantir linhas de financiamento especiais, tendo como contrapartida a garantia de geração de emprego; capacitação gerencial e administrativa; política de formação profissional e incentivo às linhas de pesquisas específicas, de modo a garantir um adequado grau de inserção na rede de tecnologia, comércio e informação.

No quadro a seguir, é possível visualizar um retrato econômico- comparativo entre 2002 (último ano de governo FHC) e 2008 (governo Lula) de alguns indicadores econômicos que demonstram claramente as diferenças entre as políticas de desenvolvimento industrial dos dois governos, apontando investimentos em setores estratégicos que impulsionaram o atual crescimento.

Indicador	2002	2008	Variação
PIB (R\$ Bilhões)	2.269	2.890	+27%
Exportações (US\$ milhões)	60.362	197.942	+228%
Saldo Comercial (US\$ milhões)	13.121	24.746	+89% 3
Superávit primário (% do PIB)	3,91	4,07	+4%
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	206.806	+449%
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	16.590	45.058	+172%
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	2.482	20.457	+724%
Risco Brasil (pontos-base)	1.439	428	-70%
Juros Selic (% a.a.)	25,00	13,75	-45%
Crédito total (% do PIB)	22	41,3	+88%
Dólar comercial (R\$)	2,92	1,83	-37%
Inflação IPCA (% a. a.)	12,53	5,9	+10%
Cesta Básica (R\$)	198	218	2,00%
Emprego (milhões de postos formais)	28,70	39,49	+37%
Taxa média anual de desocupação – regiões metropolitanas (%)	11,7	7,9	-32%
Salário Mínimo real (R\$)	292	427	+46%
Produção industrial (índice de Base Fixa:2002 = 100)	93,75	99,40	+6%
Safra de grãos (milhões ton)	97,704	145,8	+49%
Vendas do comércio (índice de Base Fixa: 2003 = 100)	134,73	195,2	+45%

Dados coletados de http://wikicoi.planalto.gov.br/coi/Caderno_Destaques/Destaque_setembro09.pdf

Esses investimentos anteriores foram decisivos para o comportamento do Brasil durante a crise, além de fortes medidas como:

- melhoria da liquidez e garantia de crédito, utilizando parte das reservas para financiar as exportações;
- redução dos depósitos compulsórios dos bancos;
- cortes na taxa básica de juros;
- redução de impostos (indústria automobilística, eletrodomésticos da a linha branca e materiais de construção)

- Programa “Minha Casa, Minha Vida” para financiar um milhão de casas;
- melhores condições de financiamento para agricultura;
- aporte de R\$ 100 bilhões ao BNDES;
- investimentos na PETROBRÁS;
- manutenção dos investimentos do PAC;
- manutenção do consumo das famílias através da ampliação de Programas Sociais;
- acréscimo de mais duas parcelas do seguro-desemprego.

Nesse contexto, o Brasil foi um dos últimos países a sentir os efeitos da crise e um dos primeiros a se recuperar; prova disto é o crescimento de 1,9% do PIB no segundo trimestre em relação ao trimestre do ano passado, e as previsões indicam que o Brasil terá crescimento econômico, redução do déficit, estabilidade nas reservas internacionais, fluxo positivos de capitais, criação de empregos e retomada da expansão de crédito.

Fortalecimento da democracia e participação popular:

Nosso país vive uma jovem democracia conquistada com muita luta, participação política e sacrifícios que custaram a vida de homens e mulheres, que ousaram enfrentar a ditadura militar e os governos autoritários. Excetuando-se conquistas importantes como o voto livre e direto nas eleições, as políticas públicas das áreas de saúde, educação, assistência social e alguns espaços de participação como, por exemplo, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e as Comissões Municipais de Emprego, ainda temos muito trabalho pela frente e muita luta para consolidação da democracia. Se por um lado o governo FHC se caracterizou-se pelo desmonte do Estado através de suas privatizações, precarização das relações de trabalho, desrespeito ao movimento sindical e criminalização dos movimentos sociais, por outro lado, com o governo Lula houve avanços consideráveis, como o reconhecimento das centrais sindicais, a política de fortalecimento do salário mínimo, a redução drástica ainda que incompleta das taxas de juros, as políticas de inclusão social como o Bolsa-Família, o Pró-Uni e tantas outras conquistas do povo brasileiro que estarão em jogo em 2010 com as eleições presidenciais. Há ainda a necessidade de avançarmos muito mais em relação às bandeiras de luta dos trabalhadores, intensificando as ações políticas e exigindo a ampliação de espaços permanentes de participação social, como conferências, conselhos e diversas instâncias decisórias, para

que se estabeleça um diálogo efetivo com a sociedade, interferindo e contribuindo para os diversos mecanismos de controle das variadas esferas de decisão no país e do projeto de Consolidação das Leis Sociais. Um Brasil democrático pressupõe um sistema de comunicação livre de monopólios e interesses empresariais, com relações de trabalho democráticas e com princípios de participação cidadã consolidado nas atividades humanas mais peculiares de nosso dia-a-dia, em nossos sindicatos, escolas e movimentos sociais. Falar sobre democracia, significa dar continuidade às lutas das décadas de 1970 e 1980 nas quais a participação de cada trabalhador e trabalhadora, homens e mulheres, sempre foi decisiva para mudar os rumos de nosso país, consolidando um Brasil justo, solidário com igualdade de oportunidades e direitos.

Intensificar a oposição aos governos de direita

Compreender o atual momento para continuar avançando em nossas conquistas históricas, significa não deixar que o Brasil retroceda ao ideário neoliberal do Estado Mínimo para os pobres e máximo para o mercado. Nossas lutas dos últimos 30 anos têm mudado o Brasil para melhor, derrubamos a ditadura militar e temos mostrado que é possível e necessário uma estrutura sindical com liberdade e autonomia organizada nos locais de trabalho e preocupada com questões que vão muito além do salário. Temos nos últimos anos influenciado definitivamente nos rumos do país. Essa trajetória nos proporcionou um acúmulo de experiências e aprendizados que nos cobram maior responsabilidade e senso de leitura histórica atual, para que não nos percamos em falsos caminhos criados pela mídia global e subserviente aos interesses externos da Nação e da classe trabalhadora. Saber reconhecer as conquistas que obtivemos com nossa luta nos últimos anos, como a redução da desigualdade social, redução da taxa de juros, a política do salário mínimo e o reconhecimento das Centrais Sindicais, não significa abrir mão da autonomia do movimento sindical frente a governos e partidos, pelo contrário, mostra-nos que nossa luta tem valido a pena e deve continuar para que os avanços não parem e para que o neoliberalismo e o estado mínimo, não voltem a dominar o cenário do país. Frente a estes desafios e com esta responsabilidade de quem tem nas mãos parte importante dos rumos da nação nas mãos é que devemos intensificar nosso debate com a base dos sindicatos filiados para que não se omitam frente ao cenário de escolha entre dois projetos antagônicos e irreconciliáveis: de um lado nós, os trabalhadores, de outro o neoliberalismo e seus mordomos.

EIXO 3

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

▪ **Metalúrgicos da CUT – uma organização forte e representativa**

O movimento sindical brasileiro tornou-se um ator importante no cenário nacional nos últimos 30 anos, na luta pelos direitos civis, sociais e trabalhistas. Foram muitas conquistas importantes para construir uma sociedade mais justa e democrática.

No entanto, a legislação que rege nossa própria estrutura sindical pouco se alterou, é ainda arcaica, ultrapassada, engessa a atuação sindical e não garante liberdade para os trabalhadores se organizarem do modo como avaliam ser o mais correto.

Em outros países, a transição democrática foi acompanhada da transição para a liberdade sindical. No entanto, no Brasil, estes dois processos não se deram de forma combinada: avançou-se na democratização da esfera política, mas poucas foram as alterações no sistema de relações de trabalho herdada dos períodos populista e ditatorial.

Há 25 anos lutamos por esses objetivos e os avanços vêm acontecendo. O alcance de uma reforma sindical nos moldes propostos pelos trabalhadores no Fórum Nacional do Trabalho, é um processo lento, que se depara com uma correlação de forças no Congresso Nacional, onde ainda não somos maioria.

Desde sua fundação, a CNM/CUT está orientando sua ação para a organização dos trabalhadores metalúrgicos em uma nova lógica que procura organizá-los desde o local de trabalho, com os Comitês Sindicais de Empresa, passando pela organização regional, com os sindicatos de base municipal ou regional, depois pela organização estadual, com as federações estaduais ou interestaduais e, finalmente, nacional, com as estruturas organizativas (coordenação de setores e coletivos, e comitês nacionais de empresas) e com as estruturas deliberativas (direção CNM/CUT).

Essa estrutura tem o objetivo de garantir que em todos os espaços estaremos refletindo, discutindo, elaborando propostas e garantindo a circulação desses debates entre os níveis de organização.

Através dessa estrutura organizativa poderemos dar mais um passo, que é estabelecer um novo sistema de negociação coletiva nacional, articulando os diferentes níveis da estrutura, cada um com o papel de negociar, e procurando assim “cobrir” todos os trabalhadores pelos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho.

Organização no Local de Trabalho – É aqui que tudo começa

OLT como estratégia principal para a organização sindical

É no local de trabalho que o conflito entre capital e trabalho ocorre de forma mais concreta. É no local de trabalho que ocorre diretamente a exploração. É lá que os trabalhadores estão expostos às condições de trabalho, saúde e segurança que colocam em risco a sua própria vida. É nesse espaço que podemos estabelecer um diálogo direto com os trabalhadores, contrapondo a ideologia que a empresa procura incutir; portanto, é o local privilegiado para debater com os trabalhadores o projeto de sociedade que queremos. É por isso que existe tanta resistência do lado patronal a que organizemos o local de trabalho: ele é peça fundamental na disputa entre capital e trabalho.

Por todos esses motivos é estratégia, e deve ser considerado ponto central na atuação metalúrgica, a construção de Comitês Sindicais de Empresa, utilizando as diversas formas de organização no local de trabalho que já conquistamos ao longo de muitas lutas, seja delegado sindical, comissão de fábrica, a comissão de participação nos lucros e resultados (PLR), ou a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), com o objetivo de garantir uma estrutura sindical e organizada unicamente pelos trabalhadores.

Lei de sustento para democratizar e instalar a OLT

Além da luta política para conquista da OLT, que já nos trouxe muitos frutos, precisamos garantir essa conquista por meio lei. A garantia jurídica desse nível da organização sindical possibilita que em todos os lugares, mesmo aqueles locais em que a base sindical ainda está sendo constituída e organizada, tenha essa tarefa facilitada.

A luta pela garantia legal da OLT também caminha em consonância com a estratégia de conquistar paulatinamente os pontos fundamentais previstos na proposta de Reforma Sindical (PEC 369/2005) e no Projeto de Lei proposto pelo sindicato dos

metalúrgicos do ABC, que encontra muita resistência na tramitação dentro do congresso.

Organizando as lutas regionais – Federações Estaduais ou Interestaduais Metalúrgicas

Consolidar o reconhecimento das FEM's

As Federações Estaduais ou Interestaduais Metalúrgicas são estruturas fundamentais para a organização sindical. Elas organizam as lutas nos estados e têm uma interferência política importante nas questões regionais.

Mas é preciso consolidar essa estrutura como um interlocutor político tanto nas negociações coletivas regionais/estaduais como em outras esferas de intervenção política da sociedade, por exemplo, em medidas implementadas pelos governos estaduais que interfiram diretamente na indústria metalúrgica.

Além de consolidá-las como interlocutor político é preciso garantir o reconhecimento jurídico dessas estruturas sindicais, garantindo a representatividade legal e a estrutura necessária para a construção de nossas lutas, especificamente em Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e nos estados da região nordeste.

Nacionalmente – estruturas organizativas para auxiliar a CNM/CUT nas lutas nacionais

Continuar as organizações para Setores e Redes/Comitês Nacionais de empresa

A indústria metalúrgica é bastante heterogênea considerando-se sua produção: produzimos de pregos a aviões. São diversos setores com características particulares e, portanto, processos produtivos diferenciado, condições de trabalho e demandas específicas.

A estrutura organizativa por setores possibilita que essas singularidades sejam tratadas com a devida atenção.

A organização setorial deve também ter o papel de organizar as lutas nacionais de cada setor, seja como estratégia para o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, seja como interlocutor junto ao governo para debater as medidas de política industrial.

As redes e comitês nacionais de empresas também são instrumentos organizativos estratégicos para a luta pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho. Por meio desses espaços podemos organizar lutas comuns de diferentes unidades produtivas no território nacional que façam parte de uma mesma empresa- e com esse movimento, reduzir diferenças regionais.

Ampliar nosso projeto sindical

Uma política nacional para conquista de novos sindicatos

A CNM/CUT representava pouco mais de 51% dos metalúrgicos do Brasil. No entanto, perdemos alguns sindicatos com a saída recente de algumas forças políticas do campo cutista. É, portanto, necessário ampliar nossa base de representação, em especial, porque o projeto sindical cutista está direcionado para uma organização classista e de massa, que defende a liberdade e autonomia sindical, busca garantir o avanço das conquistas dos trabalhadores.

É preciso construir estratégias de disputa sindical, articuladas com a CUT e seu Plano de Ação Sindical (PAS), levando em consideração, inclusive, a recomposição do quadro sindical brasileiro após o reconhecimento das centrais. Precisamos ampliar o sindicalismo combativo e, para além do fortalecimento e enraizamento de nossos sindicatos, devemos incentivar a organização de oposições sindicais em sindicatos não filiados, privilegiando a identificação com os princípios cutistas, a representatividade na base (10º - CONCUR, 2009).

Implementar esse processo requer a conquista de novos sindicatos, ampliando a inserção junto aos trabalhadores e em espaços de negociação coletiva e para tanto, é necessário definir uma política nacional.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

1. COMUNICAÇÃO

Cerca de 1 milhão de trabalhadores metalúrgicos organizados pelos sindicatos filiados à CNM/CUT, representa pouco mais da metade de todos os metalúrgicos do país, formando um contingente importante na formação de opinião da classe trabalhadora brasileira de norte a sul do país. Os metalúrgicos cutistas tornaram-se, no decorrer das últimas décadas, referência nacional na organização sindical, social e política do país. As lutas pela democratização do país tornaram-se manchetes nacionais nos idos dos anos 1980, com a luta contra o arrocho salarial, as greves gerais e a construção da Central Única dos Trabalhadores, ousadia que afrontou patrões e generais.

Terminando a ditadura militar os trabalhadores e seus sindicatos, combativos e autênticos, cientes de que os avanços obtidos nas campanhas salariais diluíam-se pela condução nefasta da política econômica, organizaram-se em seus próprios partidos políticos, devido à necessidade de ir além da organização sindical. Com o fim do regime bi-partidário e a possibilidade de registro e reconhecimento legal de mais partidos políticos, o debate junto a toda a sociedade e em especial à classe trabalhadora estava posto: de um lado projetos de Estado mínimo, de mercado regulador da sociedade, de viés neoliberal, de outro lado, uma proposta de sociedade organizada para atender as reivindicações imediatas e históricas da classe trabalhadora, uma visão distinta do papel do Estado, de um sistema democrático de relações do trabalho e rumo ao socialismo. Projetos antagônicos e irreconciliáveis de visão de sociedade.

A partir de então as lutas e conquistas da classe trabalhadora, e em especial dos metalúrgicos cutistas, significavam a contestação da direção política que a burguesia impusera aos trabalhadores desde a eleição de Collor, em 1989, com o apoio incontestado da grande mídia brasileira. Mais uma vez, quando os interesses da burguesia viram-se em dissonância com o Palácio do Planalto, houve uma convergência pontual de interesses na preservação da democracia, o que levou os “caras-pintadas” às ruas com as legiões de trabalhadores e trabalhadoras pelo “Fora Collor”. A grande mídia, objetivando a saída de Collor dava amplas manchetes e espaços nos jornais, nas rádios e TVs, evidenciando a vontade manifesta do povo pela escolha mal feita em 1989, escolha de um projeto antagônico à classe trabalhadora e apoiada por ela mesma.

Desenvolver uma política de comunicação articulada com a CUT e os sindicatos filiados

Passados vinte anos desde o “debate da Globo”- e as inúmeras tentativas de minar e sangrar o governo Lula e a esquerda, entre 2002 até hoje, mais uma vez dois projetos antagônicos e irreconciliáveis estarão postos à mesa dos debates no próximo período, de um lado o retorno da Direita no centro do comando político do país, com uma visão de Estado mínimo e de um Mercado senhor das relações sociais e econômicas no país. De outro lado a continuidade de um projeto que dê condições de avanços das conquistas sociais com distribuição de renda, crescimento sustentável, mais e melhor educação, com um Estado presente e atuante, com a manutenção e ampliação dos espaços de debates e confrontação das idéias, tão necessários à construção da jovem democracia brasileira.

Mais uma vez os trabalhadores serão chamados ao seu papel histórico: sair às ruas e defender seus projetos de sociedade. Para tanto, não podemos nos limitar a ser apenas expectadores da construção de uma opinião pública a partir das visões da Direita através da grande mídia, uma opinião invariavelmente não pública, mas sim publicada, vide o fracasso dessa grande mídia que tentou evitar, de todas as formas a reeleição de Lula em 2006. Esse debate que já se aquece nos bastidores e nas movimentações do cenário político, não pode prescindir da interferência das entidades sindicais comprometidas com a luta da classe trabalhadora, notadamente os metalúrgicos da CUT. Essa interferência não pode restringir-se apenas ao âmbito de suas bases, necessita ir além, alcançando o maior espaço possível na sociedade brasileira. É preciso, portanto de modo articulado desenvolver uma política de comunicação articulada com a CUT e sindicatos filiados, estabelecendo uma mobilização de nossos militantes em torno do projeto que nos interessa, é preciso estabelecer um discurso comum, uma concordância de idéias e ações para potencializar os quase 22 milhões de trabalhadores da base cutista e dentre eles os quase 1 milhão de metalúrgicos e metalúrgicas em todos o país.

Diante dessa realidade, nosso papel na construção e defesa do nosso projeto torna-se cada vez mais importante, complexo e necessário, nossa comunicação precisa ser articulada, ativa e que possibilite uma efetiva interlocução com nossa militância.

Ampliar as ferramentas de comunicação da CNMCUT.

O cenário de 2010 aproxima-se chamando-nos para o debate nacional. Nossa militância, notadamente a juventude metalúrgica, precisa estar informada e afinada com um discurso adequado, que possibilite o confronto das idéias e a propagação da verdade. A direita possui uma imensa e vasta rede de comunicação que chega dentro dos milhões de lares brasileiros todos os dias, nossa opinião chega às fábricas e aos trabalhadores através de nossos jornais, boletins e *sites*, entretanto isso é muito tímido e não consegue

por si só dar conta das demandas que se apresentam e para confrontar a argumentação propagada pela grande mídia à serviço da direita, é necessário ir além e utilizar outros meios de comunicação e outras plataformas e ferramentas de internet que estejam disponíveis, ampliando a capacidade e a qualidade de nosso discurso e de forma efetiva, para que possamos fazer chegar aos lares de nossos companheiros e companheiras nossas posições, idéias e propostas. Iniciativas como a Revista do Brasil apontam para a qualidade da comunicação a ser feita, portanto está colocado o desafio de ampliarmos as ferramentas de comunicação da CNM.

O embate para o próximo período nos coloca de prontidão, a necessidade de aprofundarmos a democracia nos meios de comunicação com agilidade e criatividade. Mais uma vez vemos um velho cenário, de um lado Goliás, de outro, um milhão de Davis.

2. GESTÃO POLÍTICA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A CNM/CUT organiza suas ações através de três temas centrais norteadores de sua atuação política e de cinco áreas de atuação, meios para se chegar a esses temas centrais. Um eixos de atuação é a Organização Sindical, que em última análise é a Missão a que se destina a nossa confederação como organismo de representação sindical de terceiro grau, aglutinando e articulando nacionalmente a política da CUT junto às federações e sindicatos filiados: outro eixo é a Negociação Coletiva representada pela luta pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT), que busca diminuir e extinguir as desigualdades regionais salariais e de direitos em todo o ramo metalúrgico, objetivando a construção de uma pauta nacional dos metalúrgicos e uma negociação coletiva nacionalmente articulada, sendo esse Eixo a grande meta e objetivo central de nossa confederação na conjuntura atual. Um terceiro eixo foca as Políticas Gerais como cenário conjuntural no qual a CNM está inserida em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, entendendo que a luta não pode se restringir somente às questões economicistas, sendo necessário levá-la aonde o povo está; esse eixo, não menos importante, mostra-se como a ambientação em que se dá a luta dos metalúrgicos, o cenário político e conjuntural em que se encontram todos os trabalhadores do país. Além desses eixos principais, a CNM organiza-se ainda em cinco áreas de atuação, sendo elas, Formação, Comunicação, Relações Internacionais, Saúde do Trabalhador e Gestão Administrativa, Financeira e Política.

Gestão transparente e democrática

A gestão, instrumento de organização financeira, administrativa e política da luta dos metalúrgicos da CNM, deve sempre se manter de forma transparente, democrática e em consonância com as deliberações da CNM/CUT, propiciando as condições necessárias e factíveis para a sustentação das lutas e a execução das resoluções emanadas dos fóruns deliberativos da CNM, a saber, o Congresso Nacional do ramo metalúrgico cutista, instância máxima deliberativa, as Plenárias Estatutárias, seu Conselho Diretivo, Conselho Fiscal e o Secretariado. Além disso, a Gestão deve sempre buscar os aprimoramentos necessários para a organização dos trabalhos rotineiros na CNM, como metodologias administrativas e tecnologias adequadas para o bom funcionamento da própria gestão da máquina administrativa, gestão de documentos, encaminhamentos diários, que busquem agilidade, eficiência e o mínimo de burocracia.

Fortalecer a efetiva participação na gestão

A participação efetiva dos dirigentes na gestão do mandato é questão basilar para o cumprimento das deliberações da base metalúrgica, para tanto, uma diretriz a ser perseguida é o fortalecimento dessa participação dos dirigentes no dia a dia da CNM/CUT. A estrutura organizacional da Confederação, por melhor que possa ser, torna-se ineficaz sem a participação efetiva dos dirigentes; por melhores que sejam os instrumentos à disposição da luta nada substitui a liderança, sendo sempre necessária a presença de nossa base por meio daqueles dos que legitimamente foram eleitos para essa representação e com a representatividade emanada da base. Esta participação efetiva deve ser objeto de apreciação por parte dos delegados e delegadas dessa Plenária Nacional - visto que também compete a essa plenária a recomposição da direção nos casos de vacâncias existentes, essa complementação deve estar em consonância com o desejo da classe trabalhadora metalúrgica emanada do 7º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, realizado em junho de 2007, na cidade de Guarulhos. Isso necessariamente coloca em foco o perfil dos postulantes a um cargo de representação nacional, e estrutura organizacional necessária para os enfrentamentos que o próximo período já nos coloca como desafios a serem transpostos no cenário político nacional de enfrentamento com a Direita, seus partidos políticos e seus projetos de dominação de classe.

3. FORMAÇÃO

Partimos do pressuposto que o ser humano é singular, com subjetividade e objetividade, é histórico e social, afetivo e cognitivo, incompleto, inacabado e capaz de transformar-se e intervir a partir de suas relações com o mundo e com outros homens. O ser humano está em contínuo processo de formação, de desenvolvimento e aprendizado; produz conhecimento através de seu contato com o mundo, mediado por outros homens, num processo contínuo de ação-reflexão-ação. E ao contrário do que muitos pensam, a escola não é o único espaço de educação, de aprendizado e cultura, também em igrejas, sindicatos, clubes, fábricas e empresas estabelecem-se relações dialógicas e participativas que permitem a elaboração, produção e sistematização de conhecimentos. Nessa perspectiva, apresenta-se para o próximo período um amplo debate sobre o cenário político em que os metalúrgicos da CUT possuem inegável papel de formulação, debate e interferência.

Formação de Dirigentes Sindicais

A Formação de Dirigentes sindicais apresenta-se como ponto estratégico e importante instrumento na luta e organização dos trabalhadores do ramo metalúrgico, na perspectiva da construção de um modelo de organização sindical que faça frente às práticas conservadoras existentes e de uma nova forma de desenvolvimento econômico, na qual os interesses dos trabalhadores metalúrgicos articulem-se com os de outras forças progressistas na superação da exclusão social. Isso também contribuirá para o fortalecimento e aprimoramento da organização no local de trabalho, ou seja, a luta pela hegemonia no chão de fábrica através da compreensão da realidade vivenciada entendida em suas múltiplas relações, com o que acontece na região, no setor, no complexo metal-mecânico, na economia e na sociedade. Discutir o sentido da ação política sindical nos planos local, regional, nacional e internacional, transformando em ações concretas para o enfrentamento e para a disputa de um projeto de sociedade a favor da classe trabalhadora.

Formação de novos e jovens dirigentes sindicais.

Segundo o Ministério do Trabalho, 42% do total de trabalhadores metalúrgicos do Brasil têm até 29 anos, e 24% até 22 anos. Uma categoria de trabalhadores e

trabalhadoras que ingressaram no mercado de trabalho na década de 1990, período em que as grandes transformações no setor já estavam em curso e que também não participaram das grandes lutas do movimento sindical por melhoria das condições de trabalho, o que torna significativamente diferente sua compreensão. As novas lideranças surgidas a partir de então podem carecer de fundamentos formativos que os identifiquem com a própria história da CUT como organização oriunda da luta de todos os trabalhadores em dado momento da história brasileira, essa identidade cutista é, portanto fator basilar para a defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora. Então, investir na formação de novos quadros e lideranças surgidas no período recente é questão fundamental para a unidade do movimento sindical, notadamente no cenário de disputa que se aproxima da vida política do país. Frente a isso, destaca-se o papel da formação, para que esta nova geração valorize, aproprie-se e dê continuidade a essa trajetória histórica de lutas e conquistas dos metalúrgicos, sendo também capaz de realizar uma ação sindical que dê respostas aos problemas que surgem no cotidiano da produção bem como na organização no local de trabalho.

Formação Universitária de Dirigentes Sindicais

Apesar de os dirigentes participarem de inúmeras atividades, cujo montante em horas seria, em certos casos, suficiente para a obtenção da certificação em processos regulares de ensino, não há mecanismos formais para o reconhecimento social por essa participação. Essa diretriz busca qualificar a atuação dos dirigentes sindicais que já concluíram o ensino médio e que terão oportunidade de relacionar e sistematizar as práticas sindicais acumuladas durante suas trajetórias com o conhecimento acadêmico e universal, o que contribui para que os trabalhadores avancem em seu percurso formativo, articulando os temas da agenda sindical com o conhecimento geral (economia desenvolvimento, estado, políticas sociais, etc). Assim, também o movimento sindical contribuirá para realização de mudanças no atual modelo de ensino superior público, representando um passo na direção da ruptura do ciclo de dominação elitista do campo das profissões universitárias.

4. GÊNERO

Igualdade de Oportunidades: na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical

Na Vida...

As mulheres ainda são as responsáveis pelo cuidado com a família e com a casa, atividades que fazem parte do trabalho social, necessário para a reprodução da sociedade, mas executado em sua imensa maioria exclusivamente por mulheres e sem o reconhecimento da importância desse trabalho.

Por serem tratadas de forma desigual, e inferior, são vítimas de violência física e psicológica a ponto de ser necessária a criação de uma Lei específica para combater essa prática em nosso país, por conta de uma decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA), para o Brasil, ignorada pelo governo anterior, e elaborado e implementada pelo governo Lula. Essa legislação, aliás, encontra fortíssima resistência em nossa sociedade, que frequentemente culpabiliza a própria mulher por sofrer a agressão.

A situação torna-se mais aguda quando falamos de mulheres negras, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho.

Dentre a população mundial que vive em miséria absoluta, as mulheres representam 70%.

No trabalho...

A categoria metalúrgica é majoritariamente masculina, fundamentada em uma falsa idéia de que existem papéis específicos para a mulher e papéis específicos para os

homens, definidos a partir de uma suposta habilidade natural contida em cada sexo, e, portanto, algumas profissões seriam mais adequadas aos homens enquanto outras, típicas de mulher.

Em uma indústria que utiliza mão-de-obra majoritariamente masculina, as mulheres trabalham em ocupações consideradas “típicas de mulher”, estão presentes em menor número na linha de produção e possuem presença maior nas áreas administrativas e de apoio. A maior participação das mulheres é no setor eletroeletrônico, que dentre todos os setores metalúrgicos é considerado “típico de mulher”.

Quando ocorre um processo de inovação tecnológica, o trabalho feminino dá lugar ao masculino. As mulheres estão nas empresas que são os piores elos da cadeia produtiva, e, conseqüentemente, sofrem com as piores condições de trabalho e salário.

Recebem menos que os homens em qualquer situação: trabalhando na mesma área, na mesma ocupação, com mesmo tempo de serviço, jornada de trabalho, faixa etária ou escolaridade. As diferenças salariais podem chegar a 36,4% (média salarial dos trabalhadores e trabalhadoras na produção). E por que recebem menos?

Porque não existe igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Apesar de garantias de isonomia salarial, “brechas” como promoções decididas através de avaliações subjetivas, fazem com que a mulher vá ficando com salários estagnados. As mulheres já entram na empresa com salários menores, mas a diferença não é tão grande porque existe um piso salarial. Com o passar do tempo as diferenças salariais vão aumentando, porque os homens recebem promoções de cargos e salários em maior número e valor. E também a compatibilização da vida produtiva com a reprodutiva confere à mulher períodos de trabalho com períodos de cuidados com a família o que reduz a média de tempo de trabalho das mulheres em relação aos homens.

No que diz respeito à regulação do trabalho da mulher metalúrgica no espaço da negociação coletiva:

- a maior parte dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho não apresenta nenhuma cláusula de garantia para as mulheres;

- os direitos das mulheres metalúrgicas regulados nos Acordos e Convenções Coletivas se restringem às questões relativas à maternidade e à saúde reprodutiva;
- Em geral, esses direitos já estão regulados por lei;
- Praticamente não existem cláusulas que garantam igualdade de acesso a cargos, promoções e salários.

No movimento sindical....

O movimento sindical de todo o mundo, e mais especificamente o do Brasil, ao longo de sua história de lutas e avanços, prima por ser um espaço essencialmente masculino. Refletindo os demais espaços públicos, o movimento sindical alijou as mulheres até bem recentemente no Brasil, por exemplo, as trabalhadoras rurais só tiveram o direito à sindicalização em meados de 1980!

Em tempos atuais, o afastamento das questões relativas às mulheres trabalhadoras do centro da pauta de discussão e da negociação coletiva, além da quase ausência de políticas sindicais dirigidas às mulheres, mostra que ainda há formas bastante concretas de marginalização das mulheres. Podemos citar aqui, por exemplo, as condições desfavoráveis à participação das mulheres nas atividades sindicais, em razão do seu cotidiano, que acumula os trabalhos produtivo e reprodutivo (doméstico).

A criação de aspectos favoráveis à sua participação é ainda considerada custo ou atraso em relação à premência da tomada de decisões em relação a outras temáticas. Questões como providências quanto à organização de creches em atividades sindicais, adoção de horários para as atividades dos sindicatos mais compatíveis com a persistente dupla jornada de trabalho das mulheres, análise aprofundada das questões referentes às mulheres trabalhadoras nas empresas e demais questões de gênero como temas centrais e de todos os trabalhadores, embora já estejam, bem mais recentemente, fazendo parte da pauta sindical, andam lentamente.

A adoção de cota mínima de participação de mulheres nas instâncias decisórias do movimento sindical, como ação afirmativa que é, rompeu com a participação exclusiva dos homens e representou um grande passo na superação das desvantagens das

mulheres nos espaços políticos e públicos. No entanto, ainda há muito que fazer para a efetivação tanto das cotas como do espaço de intervenção que elas propõem construir.

Por outro lado, a sistematização de dados disponíveis sobre essa problemática revela que esse árduo e lento caminhar (pelo menos, mais lento do que todos gostaríamos) está exigindo mais e mais esforços por parte de quem sofre as discriminações de modo direto- as mulheres- e de quem as sofre indiretamente e de modo não tão visível - os homens.

5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cada vez mais o mundo encontra-se interligado e fatos que ocorrem em um determinado país são capazes de influenciar todo o planeta. Desde crises econômicas até notícias produzidas pela mídia independente, são inúmeros os canais de intercâmbio e comunicação entre as nações. O capitalismo mundializou-se e cada vez mais o conflito capital x trabalho é internacional.

Desde a década de 1970 a economia capitalista acelerou seu ritmo de internacionalização. Em 2000, 1/3 terço do comércio mundial resultava das exportações e importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro 1/3 tem a forma de trocas, ditas “intragrupos”. Os Investimentos Externos Diretos (IEDs), criaram uma economia internacional complexa, interdependente e concentradora. A concorrência internacional impõe novos e altíssimos padrões de competição internacional e, com a criação de um mercado mundial durante a década de 1990, mudou-se também a estrutura produtiva.

O império do neoliberalismo que desmantelou o Estado na América Latina e desregulamentou os mercados financeiros nacionais em diversos países do mundo, criou um grande e incontrolável mercado financeiro internacional. O crescimento do mercado de ações e a constituição de grandes agentes financeiros internacionais não foram acompanhados por sistemas de regulação internacional. O resultado foi esta crise internacional, que se iniciou no mercado financeiro norte-americano e contaminou o sistema produtivo internacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em seu relatório “Tendências Mundiais do Emprego” - adverte que o desemprego no mundo poderia aumentar em 2009 em relação a 2007 entre 18 e 30 milhões de trabalhadores e até além de 50 milhões caso a crise não fosse controlada. Porém, mesmo antes da crise, já havia uma tendência mundial de aumento do desemprego mundial; em 2006 a OIT divulgava que o desemprego no mundo atingia um recorde histórico, com 195,2 milhões de pessoas sem ocupação.

Aprofundar a política de solidariedade internacional da CNM.

Durante a década de 1990 aprofundou-se a versão mais perversa da integração entre os povos, a Globalização Neoliberal. A imposição das forças do mercado enfraqueceu a presença do Estado na sociedade, flexibilizou direitos e atacou as políticas sociais. Os efeitos foram desastrosos para os trabalhadores e implicaram desemprego, flexibilização das leis trabalhistas e aumento da pobreza em todo o mundo, mais especialmente nos países do Hemisfério Sul. O governo Lula reverteu parte desse quadro, liquidou a dívida externa, criou mais de 8 milhões de empregos, ampliou as relações comerciais do Brasil com países em desenvolvimento, articulou os países do Sul pela reestruturação dos organismos internacionais e fortaleceu a unidade dos países Sul-Americanos (Mercosul e UNASUR).

O Brasil já demonstra fortes sinais de recuperação da crise internacional, porém o desemprego mundial aumentou e a ação sindical internacional é mais necessária do que nunca. Os atuais modelos de organização da produção demandaram aos trabalhadores novas estratégias sindicais internacionais. A monopolização de alguns setores da economia mundial (como o automotivo e a mineração) e a enorme presença de multinacionais em todos os países internacionalizam mais ainda o conflito capital e trabalho. Por isso a luta dos trabalhadores metalúrgicos brasileiros é também internacional.

Intensificar intercâmbio e comunicação internacional.

Nesse sentido, para o próximo período, é fundamental que a CNM aprofunde seu intercâmbio com os sindicatos metalúrgicos de outros países, fortalecendo as Redes e

Comitês de trabalhadores de empresas multinacionais e ampliando a comunicação entre o sindicalismo internacional.

A solidariedade entre trabalhadores de diferentes países tem sido uma estratégia de luta desde o século XIX e produziu importantes vitórias e avanços. Foi importante inclusive no entendimento entre os governos de esquerda da América Latina. O processo de integração regional dos países da América do Sul é uma luta dos trabalhadores e consiste em uma importante etapa para o desenvolvimento e a autodeterminação desses povos. Assim, a CNM deve ter como estratégia o fortalecimento desses laços.

Acordo Marco Internacional (AMI) – Negociar e fazer valer no mundo todo.

Uma das mais importantes estratégias de enfrentamento da globalização neoliberal são os Acordos Marcos Internacionais, que garantem aos trabalhadores de diferentes países, mas de uma mesma empresa multinacional em uma negociação unificada, o mesmo tratamento, as mesmas condições de trabalho e salários, e fortalece os trabalhadores frente ao capital internacional. Muitos AMIs estão sendo negociados, no entanto é fundamental que a CNM atue pela sua assinatura (entre trabalhadores e empresa) e pelo seu cumprimento.

6. SAÚDE DO TRABALHADOR

Com o crescimento da competitividade empresarial, a necessidade de altas taxas de produtividade e a globalização da economia levaram as empresas a mudar o seu modelo de gestão. Termos como automação, flexibilização, tercerização e diminuição dos custos têm assumido a ordem do dia quando se fala de gestão empresarial.

A abertura dos mercados nacionais impôs novos patamares de produtividade para as empresas brasileiras, que foram, e estão sendo, atingidas à custa da qualidade de vida do trabalhador. A precarização das contratações e o crescimento da informalidade foram acompanhados do grande aumento dos acidentes e das doenças de trabalho e na queda do acesso ao sistema de seguridade social existente no país.

Em nome da produtividade, as empresas sacrificam o investimento em equipamentos de segurança e não seguem as regulamentações do ambiente de trabalho que visam garantir a saúde do trabalhador. No ano de 2007 os dados estatísticos, segundo a Previdência Social revelaram que 653.000 trabalhadores foram vítimas de doenças e acidentes do trabalho, 27,5% a mais em relação ao ano de 2006.

A prática de não emissão de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) por parte da empresa e o não enquadramento das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Doenças Osteomusculares (DORT), como patologias do trabalho, têm dificultado o acesso do trabalhador lesionado aos benefícios do INSS. Muitas empresas têm utilizado as metas de participação nos lucros e resultados como forma de coibir o próprio trabalhador lesionado de denunciar o acidente.

Defesa e garantia dos direitos previdenciários

Neste momento em que estamos discutindo a crise estrutural do neoliberalismo e apontando alternativas de um novo modelo econômico, é estratégico inserirmos na pauta da agenda sindical a defesa e garantia dos direitos previdenciários e aprofundarmos o debate para assegurarmos as conquistas obtidas, como o acordo do governo com as Centrais sobre o fator previdenciário, além de avançar na defesa dos sistemas universais de seguridade social.

Ampliar a política nacional de saúde do trabalhador da CNM/ CUT

A CNM deve cada vez mais mobilizar os sindicatos e as federações filiadas para a luta pelo acesso do trabalhador lesionado aos seus direitos previdenciários. A luta por uma previdência Universal e Inclusiva não é somente uma ação de governo, faz-se necessária a mobilização dos movimentos sociais para o aprofundamento das conquistas e a garantia de direitos.

Para isso, é fundamental que a CNM aprofunde e amplie sua Política Nacional de Saúde do Trabalhador, visando o fortalecimento do Coletivo Nacional de Saúde por um lado, e, por outro, a utilização das CIPAs como uma organização no local de trabalho, ambas estruturas que deverão implementar essa política.

O trabalhador integrado à política de meio ambiente.

Por fim, não se pode considerar o ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador como algo isolado da sociedade como um todo, tão pouco se deve considerar saúde simplesmente como ausência de doenças. As ações da CNM devem considerar o trabalhador integrado ao meio ambiente e suas lutas devem estar associadas ao desenvolvimento sustentável, preservando a natureza e racionalizando a utilização de recursos naturais.

Os efeitos das grandes e históricas desigualdades sociais brasileiras são sentidos por todos os trabalhadores. O crescimento da informalidade, a falta de moradia, a grande ausência de condições básicas de saneamento e o pouco acesso aos serviços públicos como saúde e educação, todos esses problemas sociais que existem secularmente no Brasil afetam diretamente a classe trabalhadora como um todo.

O governo Lula iniciou um enfrentamento das desigualdades e pela primeira vez pautou-se o combate à concentração de renda, à pobreza e a ausência do Estado entre os mais pobres do país. No entanto, é necessário avançar mais para que se corrijam 500 anos de exploração das camadas populares.

Há ainda um agravamento dos problemas sociais quando se observa a sociedade, considerando-se suas diferenças de gênero, raça e idade. Entre os jovens, mulheres, negros e índios - todos os indicadores agravam-se. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem se preocupado sensivelmente quanto aos rumos que está tomando o problema da falta de trabalho, da rotatividade crescente no emprego e da mão-de-obra desqualificada que facilmente se desemprega e dificilmente consegue se reintegrar no mercado de trabalho. De acordo com o relatório “Trabalho Decente e Juventude no Brasil”, 67,5% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados ou na informalidade em 2006.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de março de 2009, aponta que o desemprego entre trabalhadores negros e mulatos -pretos e pardos- na classificação do IBGE- é maior do que entre os trabalhadores brancos. Além disso, eles ganham, em média, a metade (R\$ 847,71) do que recebem os trabalhadores brancos (R\$ 1.663,88). A taxa de desocupação entre os que se declaram negros ou mulatos é de 10,1%; já entre os brancos, o desemprego atinge 8,2% da população economicamente ativa. A taxa de desemprego no país, em março, foi de 9%. O IBGE constatou ainda que os trabalhadores pretos ou pardos representam 50,3% da população desocupada, ainda que signifiquem 45,3% do total da população em idade ativa, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas.

7. DIVERSIDADE

Garantir espaços políticos específicos para as políticas de diversidade. No movimento sindical e na sociedade.

Tratar desigualmente os desiguais é o conceito fundamental para combater as diferenças sociais entre homens e mulheres, negros e brancos, jovens e adultos. No ramo metalúrgico, a população entre 18 e 29 anos representa mais de 40% de todos os trabalhadores. Entretanto, há altos índices de rotatividade entre os jovens: a precarização é ainda maior neste público, que é também utilizado pelas empresas para substituir trabalhadores adultos de maior remuneração, ou seja, para rebaixar os salários, substituindo trabalhadores adultos de maior remuneração.

É fundamental para a organização sindical que existam políticas específicas para o combate aos problemas de cada um destes setores mais sensíveis às desigualdades, seja do ponto de vista da ampliação da participação de negros, jovens e deficientes no movimento sindical, participando das atividades do movimento e ocupando cargos de direção, ou também pautando soluções para o debate nas negociações coletivas e realizando atividades de análise, compreensão e mobilização em torno das principais bandeiras de cada segmento.

Garantir a transversalidade dos temas – Diversidade.

As relações de desigualdades de cada um destes segmentos dialogam com as origens da pobreza e das desigualdades do Brasil como um todo. Além disso, a faixa etária, os gêneros e as etnias são características que se relacionam e, quando combinadas, aprofundam ainda mais estas desigualdades. Por exemplo, os dados do relatório da OIT “Trabalho Decente e Juventude no Brasil” – que têm como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 1992-2006 - apontam que o déficit era maior entre as mulheres jovens (70,1%) do que entre os homens jovens (65,6%). O índice também era mais acentuado entre jovens negros (74,7%) do que entre jovens brancos (59,6%).

A necessidade de pensar as especificidades de cada segmento social de forma transversal advém da relação que estas têm com as demais agendas políticas do

sindicalismo e da sociedade. Temas como negociação coletiva envolvem diretamente as questões relacionadas com a luta por igualdade de gênero, raça e idade, já que através da pauta de negociação pode-se incluir cláusulas de combate a rotatividade e à precarização ou que garantam a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Fomentar o debate e o desenvolvimento de ações específicas para cada tema.

Ao longo do processo de democratização da vida política brasileira, as lutas desses segmentos foram se fortalecendo através de sua afirmação em espaços públicos, da luta por políticas específicas e do aumento da percepção de toda a sociedade sobre a especificidade de cada um. O combate à homofobia e o direito à diversidade sexual, o reconhecimento da juventude como ator político relevante em nossa sociedade, a luta pela igualdade de gênero nas relações sociais, a inclusão de portadores de deficiências nos espaços públicos e na economia, e a conquista de políticas afirmativas que combatam a discriminação racial histórica no país deram-se fundamentalmente pelo enfrentamento provocado por cada um destes segmentos.

Nesse sentido, foram importantes, inclusive dentro do movimento sindical, a criação de secretarias e órgãos que tivessem como função e fundamentação a especificidade destas lutas. As secretarias de mulheres, de juventude, de promoção da igualdade racial, garantiram aos movimentos sociais que não perdessem no cotidiano da luta a visão do particular dentro das agendas gerais. Garantir o equilíbrio entre o particular e o universal é o conceito fundamental para que sejam reconhecidas as desigualdades de cada segmento social, étnico-racial ou etário, significa afirmar as diferenças sem perder a luta que une a classe trabalhadora.

Contribuições ao Debate

Sindicato dos Metalúrgicos de Jaraguá do Sul e Região - SC

Contribuição para o Texto Base - Plenária CNM/CUT

Reforma Sindical - Quando será?

Compreendemos e entendemos todo esforço até agora despendido pelo Fórum Nacional do Trabalho para que a Reforma Sindical aconteça(FNT).

O que constatamos é que ficamos reféns de nós mesmos para avançarmos pela mudança na organização sindical.

É preciso que todas as Centrais Sindicais e os Sindicatos conscientizem-se de que as mudanças só vão acontecer quando os dirigentes sindicais começarem de fato a mobilizar suas categorias, realizando grandes atos públicos, organizando caravanas nacionais para que pressionem os deputados estaduais e federais para que votem a favor da proposta da CUT pela Reforma Sindical.

As instituições como, Ministério Público e Ministério do Trabalho em nossa região são aliados explícitos do capital, como se não bastasse em sua maioria os deputados federais. O ataque mais recente veem pela solicitação do fim da prática “redução de intra-jornada”, (especialmente a redução em menos de uma hora dos intervalos de alimentação);

Ora, esta prática existe há décadas em nossa categoria, foram muitos anos de lutas para que conquistássemos o sábado livre. Não pode agora vir o Ministério Público e o Ministério do Trabalho interferir entre acordo celebrado pela classe trabalhadora e o segmento industrial.

A classe trabalhadora em nossa região tem este instrumento de redução de intra-jornada, como benefício que facilita sua vida familiar e seu retorno mais cedo ao recanto do seu lar, como também a permanência integral dos finais de semana em família.

Queremos externar mais esta preocupação com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras visando manter o instrumento pactuado e que prossigam os encaminhamentos nas esferas superiores, visando a expedição pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília, o cumprimento do disposto no artigo 71 da CLT, e com base na portaria 42 publicada por Luis Marinho enquanto Ministro do Trabalho, por ser um benefício que contribuiu e dignifica a classe trabalhadora.

Outra intervenção do Ministério Público e com parecer favorável da Justiça do Trabalho, é de obstruir qualquer contribuição de não associado junto ao Sindicato Profissional, mesmo que aprovado em assembléia geral dos trabalhadores.

Em relação à Ordem de Serviço N° 1 de 24 de março de 2009, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, assinada pelo Ministro Carlos Lupi, o Ministério Público do Trabalho não a reconhece, declara pela inconstitucionalidade.

Assim sendo, é mais que urgente que os Sindicatos se mobilizem pela Reforma Sindical garantindo de vez a Liberdade e a autonomia Sindical.

Terceirização

Constatamos crescimento significativo de empresas que se utilizam de serviços terceirizados. A cada tempo este modo de contratação vem prejudicando com maior profundidade o conjunto dos trabalhadores.

A legislação vem oferecendo as oportunidades e, os trabalhadores têm sofrido na pele com a inércia do governo que se cala diante das inúmeras precarizações contidas em lei.

É necessária com urgência, a intervenção do movimento sindical para que seja apresentada um projeto de lei que garanta aos trabalhadores terceirizados o mesmo salário, as mesmas condições de trabalho com seus benefícios sociais, garantidos para os não terceirizados.

Em tempo: devemos intensificar as nossas lutas pelo fim do fator previdenciário, pela redução da jornada de trabalho, pela extinção da aplicabilidade do famigerado banco de horas, – organização no local de trabalho (OLT), qualificar as condições de trabalho, lutar pela limitação das horas extras, unificar as datas- bases, pela garantia das aposentadorias especiais, pelo Contrato Coletivo Nacional.

Silvino Volz – Diretor Financeiro do Sindicato.

ANEXO 1



7º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT

**Resolução Especial – Proposição à Reunião do Comitê Central da FITIM
(Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas): Pacto
Global de Solidariedade e Defesa Mútua entre os Metalúrgicos**

Considerando:

Que é crescente o número de empresas transnacionais (ETNs) que através de fusões e aquisições têm se tornado cada vez maiores, presentes em mais países e com poder econômico superior mesmo a diversas nações;

Que além da busca da proximidade com os mercados consumidores, as ETNs buscam a focalização regional e a redução de custos;

Que esta redução de custos buscada pelas ETNs muitas vezes se traduz na precarização do trabalho em suas unidades ou pelos seus fornecedores e/ou prestadores de serviços, com desrespeito aos direitos humanos, sindicais e trabalhistas fundamentais, consagrados pela ONU (Organização das Nações Unidas) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho);

Que, para se contrapor à precarização, é fundamental a nossa ação sindical intransigente na defesa dos direitos e interesses dos (as) metalúrgicos (as) bem como dos (as) trabalhadores (as) nas cadeias de produção do ramo metalúrgico;

Que quase sempre que os Sindicatos nos diversos países demonstram resistências aos seus planos de retirada de direitos e benefícios, as ETNs passam a exercer enorme pressão e chantagem ameaçando com demissões, fechamento de plantas, transferência de unidades ou produção a outros países, etc.;

Que nesta busca incessante pela redução de custos através da precarização do trabalho as ETNs colocam Sindicatos e Trabalhadores de um país contra o outro demandando um verdadeiro leilão de direitos, salários e benefícios onde ganha “quem dá menos”;

Que toda vez que as empresas impõem uma redução de direito ou condição de trabalho em um país ela usa isto como paradigma ou “benchmarking” negativo para tentar impor redução semelhante nos demais países;

Que muitas vezes a busca da solução de conflitos pelas vias institucionais (governos, parlamentos, judiciário, etc.) se mostra demorada e muitas vezes inviável face ao poder que tais empresas exercem sobre os Estados Nacionais;

Que em momentos de conflito, o envio de cartas de protesto às empresas e de solidariedade aos trabalhadores e Sindicatos são muito importantes, porém insuficientes;

Que a firme resistência e a Solidariedade internacional são as melhores armas para frear a chantagem das ETNs;

Que temos diversas experiências bem sucedidas de ações diretas de solidariedade, em especial os “Dias Europeus de Ação” na GM, PSA, Volkswagen, EADS, Delphi, etc., ou a campanha que realizamos na Gerdau do Brasil em apoio aos trabalhadores nos EUA e Canadá;

O 7º Congresso decide:

Propor à FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas) e a seus Sindicatos filiados, que realizam no mês de Novembro de 2007, no Brasil (Salvador – Bahia), a reunião do seu Comitê Central, com representantes de centenas de países, um **“Pacto Global de Solidariedade e Defesa Mútua entre os Metalúrgicos”**.

Este pacto se traduziria em, toda vez que uma ETN anunciasse um sério ataque ou ameaça aos empregos e/ou direitos e condições de trabalho em qualquer país, a FITIM, como já o faz atualmente e juntamente com o Sindicato no país da matriz da referida empresa, acionariam todos os Sindicatos nos diversos países onde a ETN tem unidades, propondo a unidade de ação da seguinte forma:

- Que os Sindicatos nos diversos países primeiramente informem os trabalhadores e a opinião pública em todos os países onde a empresa em questão tem unidades, sobre a ameaça ou ataque que ela está fazendo;
- Que os Sindicatos, num segundo momento, busquem aprovar com os trabalhadores que não aceitem e não realizem nenhuma produção extra para enviar ao país onde está ocorrendo o conflito;
- Que dependendo da gravidade e da duração do conflito, a FITIM faça um chamamento a jornadas mundiais simultâneas de protesto contra a empresa (ex. Toyota Filipinas);
- Que estas ações visem interromper a produção e/ou fornecimento da ou à empresa, em especial no país onde ocorre o conflito;
- Que nenhum Sindicato Nacional aceite ser “beneficiado” às custas dos prejuízos dos trabalhadores em outro (s) país (es).

Guarulhos - SP, Brasil, 15 de Junho de 2007

** aprovada por unanimidade pelos 400 delegados ao 7º Congresso da CNM/CUT*